

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXII • Nº 139

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 25 de agosto de 2005

Comissão de Finanças analisará emendas à LDO

Vinte e cinco sugestões foram apresentadas por parlamentares da Casa

Na próxima quarta-feira (31), os integrantes da Comissão de Finanças da Assembleia analisarão as 25 emendas apresentadas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 e as 54 propostas de alteração apresentadas à Revisão do Plano

Plurianual (PPA). O prazo para encaminhar emendas às duas proposições foi encerrado na última sexta-feira (19). Os relatórios finais dos dois projetos, no entanto, serão apreciados no dia 8 de setembro, no colegiado.

Dos capítulos existentes na LDO, as seções I e II do Ca-

pítulo 3, que define as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos, foram as que receberam mais sugestões de mudanças, oito no total. Uma delas, de autoria do deputado Betinho Gomes (PPS), inclui a Defensoria Pública entre as instituições que devem ter programação orça-

mentária própria. O Capítulo 6, tratando das disposições gerais, recebeu seis emendas. Uma delas, do deputado Isaltino Nascimento (PT), acrescenta um artigo definindo a inclusão, no Orçamento de 2006, das emendas parlamentares que não foram executadas em 2005.

Em reunião na manhã de ontem, a Comissão de Finanças analisou três matérias, entre elas, a que cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração (Jari) para o transporte rodoviário intermunicipal. O Projeto de Lei nº 1015/05, do Poder Executivo, que prevê a iniciativa, foi retirado da pauta de votação a pedido do relator, Antônio Moraes (PS-DB), para uma melhor discussão. Por sugestão de Roberto Leandro (PT), a proposta será tema de uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Defesa da Cidadania.

Na reunião do colegiado, estavam presentes dois técnicos do DER, Luís Figueiredo e Cristina Sá Leitão, que prestou esclarecimentos sobre a matéria. "O projeto vai dar ao usuário a chance de ter seus recursos analisados por pessoas que não sejam componentes do DER. A Junta Administrativa terá a participação de membros de outros segmentos da sociedade, o que dará uma maior

lisura aos julgamentos", justificou Cristina. De acordo com ela, a Junta será responsável pela análise dos casos referentes ao transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e será formada por três membros, com representantes do DER e de empresas de transporte rodoviário e de usuários.

Para o presidente da Comissão, Sebastião Rufino (PFL), a iniciativa é importante para que os recursos de infrações sejam melhor analisados. Sílvio Costa (PMN) também considerou o projeto importante, no entanto, criticou o parágrafo 2º do artigo 1º da matéria, que prevê que a escolha do presidente da Jari seja feita pelo secretário de Infra-Estrutura do Estado. "Isso vai dar muitos poderes ao secretário. A opção deveria ser feita pelo conjunto dos membros", afirmou. O relator Antônio Moraes defendeu que o representante dos usuários na Jari seja indicado pelo Procon. "Vamos discutir melhor o projeto e elaborar um substitutivo para ajustar os pontos polêmicos", acrescentou.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Na reunião da Comissão, o colegiado distribuiu quatro projetos e aprovou seis. Entre eles, o que trata da criação da Jari para o transporte rodoviário intermunicipal. Uma outra proposição aprovada, a de nº 1.001/05, de autoria da deputada Dilma Lins (PL), altera a Lei nº 12.121/03, obrigando os hospitais do Estado a manterem nos estoques o medicamento dantrolene sódico.



RINALDO MARQUES

REUNIÃO - Na próxima quarta, colegiado também avaliará 54 propostas de alteração à Revisão do Plano Plurianual



MOISÉS BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Projeto que cria a Jari para o transporte rodoviário intermunicipal foi um dos aprovados na manhã de ontem

Teresa critica contribuição

Possibilidade de sindicatos colaborarem com campanhas eleitorais é vista com cautela

A possibilidade de que os sindicatos possam contribuir para campanhas eleitorais, prevista no Projeto nº 275/05, do senador Jorge Bornhausen (PFL/SC), aprovado pela Comissão de Justiça do Senado, foi tema do pronunciamento da deputada Teresa Leitão (PT), anteontem. A parlamentar manifestou sua posição contrária à medida, pediu cautela e defendeu uma ampla discussão sobre a questão. Teresa ainda elogiou a iniciativa da Assembléia de realizar a discussão sobre as principais propostas de Reforma

Política que tramitam no Congresso.

"Temos que ponderar muito bem sobre essa medida. A máquina sindical já é alvo de muitos preconceitos. Sou contra esse tipo de contribuição porque conheço o movimento sindical e a plurirrelação que existe nos sindicatos", argumentou.

A deputada ainda observou que a discussão sobre as contribuições sindicais "pode servir de cortina de fumaça para o debate sobre a utilização da máquina pelas Prefeituras para dar apoio aos seus candidatos". "Por preconceito ou por su-

pervalorização das entidades sindicais, essa discussão pode encobrir outras questões mais sérias se não forem fiscalizadas. A relação de candidatos com os prefeitos não é apenas política. As prefeituras disponibilizam, também, a máquina, com cargos comissionados e terceirizados. Reafirmo a importância do debate feito aqui e as lacunas que existem na proposta, mas acredito e defendo a necessidade de uma reforma não apenas eleitoral, mas na estrutura política das eleições", destacou.



PROJETO - Parlamentar observa que "máquina sindical" já é alvo de preconceito

Homenagem

Morte de Vargas é lembrada

Os 51 anos da morte do presidente da República Getúlio Vargas, comemorados ontem, foram ressaltados pelo deputado José Queiroz (PDT). "Getúlio foi, sem dúvida, um estadista político que transformou o Brasil." Um trecho do artigo publicado no *Jornal do Brasil*, no último dia 22, escrito pelo ex-deputado federal Léo de Almeida Neves, enfocando a trajetória do político, foi lido pelo pedetista em Plenário.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1883. Após a Revolução de 1930, foi



QUEIROZ - Trajetória

eleito presidente do Brasil pela Constituinte, em 17 de julho de 1934, ficando no cargo até o final da di-

tadura do Estado Novo, de novembro de 1937 a outubro de 1945, quando ele foi deposto.

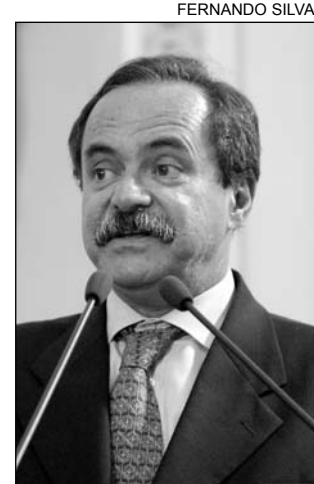
O voto popular o levou ao cargo mais alto do País pela terceira vez, em 31 de janeiro de 1951. Em 1954, "pressionado por interesses econômicos estrangeiros com aliados no Brasil", Vargas foi levado ao suicídio, no dia 24 de agosto. Para José Queiroz, Vargas operou amplas e profundas mudanças no Brasil. "Foi um intransigente defensor dos interesses nacionais, sepultando o liberalismo reinante, substituindo-o pelo nacionalismo - desenvolvimentista", ressaltou.

Ibope

Eurico comenta pesquisa

O resultado da pesquisa Ibope, divulgado na última terça-feira, apontando a queda de popularidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), repercutiu no Plenário. Ontem, o deputado Pedro Eurico (PSDB) fez críticas ao Governo Federal e disse que a crise política está distante do fim. O tucano frisou que 52% da população não confia no presidente e, se a eleição presidencial fosse realizada hoje, o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), venceria com 42% dos votos. "O Governo Lula chegou ao fundo do poço", afirmou.

De acordo com Eurico, Lula não convenceu a so-



TUCANO - Serra venceria

ciedade no pronunciamento feito à nação, na semana passada, sobre supostos pagamentos de propinas a deputados federais para a

aprovação de matérias do Governo. "Lula afirmou que não sabia de nada e se sentia traído, porém não apontou quem o traiu", explicou, acrescentando, entretanto, que o resultado positivo da crise é a demonstração de fortalecimento da sociedade civil. "A democracia está sólida no País", comemorou.

Em pronunciamento, o deputado Roberto Leandro (PT) rebateu o tucano. O petista alegou que Eurico "foge do debate ao trazer o tema para o Pequeno Expediente". "No momento oportuno, comentarei sobre o real significado da pesquisa e da crise política", enfatizou.

PLENÁRIO

Convenção evangélica

A 4ª Convenção Estadual dos Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus Ministério Madureira, que aconteceu de 19 a 21 deste mês, no Recife, foi destacada pelo deputado e vice-presidente da convenção, Cleiton Collins (PSC). Presidido pelo pastor Genival Rogério da Silva, o evento reuniu as 350 igrejas do Estado e mais de três mil participantes. Foram abordados temas como a ação social e a participação da Igreja na busca da melhoria de vida do cidadão. "Gostaria de ressaltar a presença do pastor João Nunes, presidente da Convenção Nacional, e do pastor Josué de Campos, primeiro-secretário nacional. Parabenizo o trabalho belíssimo da organização e a efetiva participação dos fiéis."



Torneio de Xadrez

O Torneio Internacional de Xadrez, que acontece de hoje a domingo, com apoio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), no Hotel Dorisol, em Piedade, foi ressaltado pelo deputado João Fernando Coutinho (PSB). "Estarão presentes mestres internacionais de Cuba e do Uruguai, além do vice-presidente da Federação Pernambucana de Xadrez e organizador do evento, Roberto Calheiros, e do presidente nacional do PSB, deputado federal Eduardo Campos", declarou. De acordo com Coutinho, o torneio distribuirá mais de R\$ 15 mil em prêmios. "Parabenizo todos os jogadores de xadrez e convido os parlamentares desta Casa que gostam do esporte para as disputas."



PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procuradoria Geral,** Edvaldo José Cordeiro dos Santos (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Genaro Domingues da Silva (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Isabel Cristina Couto Costa (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Claudio Godoy (Superintendente); **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); **Cerimonial,** Socorro Vilça Rodrigues (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência Segurança Legislativa,** Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); **Auditoria,** Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); **Chefe do Departamento de Imprensa,** Cláudia Lucena; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos; **Estagiários:** Bruna Serra, Eva Farias, Larissa Rodrigues e Léo Monteiro. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>



ROBERTO SOARES

PROPOSTA - Iniciativa federal foi alvo de debate no colegiado que avalia o ECA

Proteção a menores ameaçados de morte

Comissão Especial discutiu programa

A instalação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado foi discutida, ontem, a pedido dos Conselhos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Comissão Especial do Estatuto da Criança e Adolescente. A proposta é do Ministério da Justiça e foi implantada em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Durante a reunião, ficou definido que o assunto deve ser objeto de uma lei estadual, cabendo ao Executivo a responsabilidade de enviar

o projeto de lei à Assembleia. "Iniciaremos uma articulação política para que o Governo encaminhe a proposta o mais rápido possível", informou o presidente do colegiado, deputado Betinho Gomes (PPS). A ideia do programa, que tem um custo anual de R\$ 720 mil, é prestar assistência aos jovens durante 24 horas, com pessoal capacitado, que promoverá a reintegração social do assistido.

A presidente do Conselho Estadual, Raquel Araújo, anunciou que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos será a gestora do programa. "Hoje, temos uma demanda

de cem jovens ameaçados de morte no Estado. Esperamos que o programa de proteção seja implantando até o fim deste ano", analisou.

Dados estatísticos de 1996 mostram que o número de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil é de 7,73 para cada cem mil habitantes. Segundo Raquel, o Recife ocupa a 14ª colocação nesse quesito, registrando maior incidência de mortes nos bairros de Santo Amaro, Água Fria, Casa Amarela, Mustardinha e Iburá. "No ano passado, foram registrados 210 homicídios entre jovens de 15 a 24 anos na região metropolitana", frisou.

Olinda

Jacilda vê problemas em obras

As intervenções da Prefeitura de Olinda na beira-mar do município foram criticadas, ontem, pela deputada Jacilda Urquiza (PMDB). De acordo com a parlamentar, as "obras são de fachada e não estão resistindo ao avanço das águas". "O empreendimento que pretendia embelezar e proteger a cidade, infelizmente, é bonito apenas visualmente, mas ordinário estruturalmente", afirmou, chamando a atenção para o valor da obra, orçada em R\$ 4 milhões.

De acordo com a peemedebista, a obra foi realizada sem qualquer planejamento. "A Prefeitura acreditou que



FERNANDO SILVA

INTERVENÇÃO - Orla

poderia conter a força das ondas com sacos de areia e pedras colocados de qualquer maneira na praia", frisou, acrescentando que a iniciativa está sendo chamada no

meio popular de "Sonrisal". "Desde março, ela vem se desmanchando a cada chuva", explicou.

Jacilda disse que não poderia ficar calada diante dos fatos, "apesar de não gostar de denúncias". "A destruição da obra de contenção, que nem sequer foi inaugurada, merece uma análise mais profunda. Ela não pode ser explicada somente com a desculpa de que a maré alta é a responsável pela situação", avaliou, lembrando que os trabalhadores e comerciantes da orla estão indignados e que 11 trechos da praia estão comprometidos com as intervenções.

Movimento social

Críticas à ação de militares em despejo

A ação do Batalhão de Choque da Polícia Militar (BPChoque), durante o despejo de integrantes do Movimento de Luta e Resistência Popular (MLRP), anteontem, no bairro da

Boa Vista, no centro do Recife, foi criticada pelo deputado Roberto Leandro (PT). O confronto entre os envolvidos resultou num incêndio e deixou um homem ferido.

"Solicito uma posição do governador do Estado, Jarbas Vasconcelos (PMDB), e do secretário de Defesa Social, João Braga, para que sejam adotadas providências contra esse tipo de operação que vem acontecendo em Pernambuco", ressaltou Leandro.

O confronto entre as famílias e a Polícia Militar começou por volta das 9h, quando oficiais de Justiça tentaram cumprir o mandado de reintegração de posse do casarão de número 201. O imóvel estava ocupado há quatro meses, por cerca de 20 famílias pertencentes ao MLRP.

De acordo com o deputado, "a Polícia Militar demonstra, novamente, o seu despreparo". "A mesma cena ocorreu, em junho, no Engenho São João, em São Lourenço da Mata, na qual alguns deputados foram agredidos", lamentou.



FERNANDO SILVA

FORÇA - Roberto Leandro discordou do método utilizado

Fundac

Ceça questiona instalação de unidade

A construção de um novo prédio da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (Fundac), em Vista Alegre, no município de Jaboatão dos Guararapes, vol-

tou a ser questionada, ontem, pela deputada Ceça Ribeiro (PSB). A parlamentar ressaltou a visita, no último dia 10, da Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe

e dos moradores da área ao local onde está sendo construída a instituição.

"A proposta deverá ser analisada, pois os moradores estão assustados devido às diversas fugas e rebeliões, a exemplo do que vem acontecendo em Abreu e Lima. É preciso garantir proteção para as famílias", observou a socialista.

A unidade ocupará uma área de seis hectares e contará com 56 suítes individuais. A primeira etapa deverá ser concluída em 2006 e terá 32 dormitórios individuais, divididos em quatro casas, cada uma com oito suítes de nove metros quadrados. O prédio contará, ainda, com três salas de aula, quadra poliesportiva, auditórios, laboratórios de informática e rádio comunitária.



FERNANDO SILVA

VISITA - Comissão de Defesa da Cidadania esteve no local

Recursos hídricos em discussão

Projeto em tramitação na Casa propõe algumas mudanças na legislação

Preocupados com a política estadual de gerenciamento dos recursos hídricos e ambientais no Estado, parlamentares das Comissões de Justiça, Administração Pública e de Meio Ambiente da Alepe promoveram, ontem, uma audiência pública para analisar o assunto. Apesar de Pernambuco possuir um sistema de gerenciamento do setor desde janeiro de 1997, o Governo Estadual apresentou o Projeto nº 994/05, que prevê algumas alterações na lei. A matéria foi aprovada na Comissão de Justiça e será votada por outros colegiados da Casa.

De acordo com a secretária executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, Alexandrina Sobreira, com o passar dos anos, verificou-se a necessidade de fazer ajustes na legislação. Entre as alterações previstas, estão a reformulação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,



RINALDO MARQUES

AUDIÊNCIA PÚBLICA - Comissões de Justiça, Administração e de Meio Ambiente discutiram a questão ontem

que passará a ser paritário e deliberativo, e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

A relatora da matéria na Comissão de Administração, deputada Teresa Leitão (PT), questionou o fato de a

lei determinar o envio dos recursos do fundo para a conta única do Estado. Para a parlamentar, seria menos burocrático se fossem repassados diretamente para o fundo. Alexandrina argumentou que a verba destina-

da ao setor sempre foi utilizada de forma eficiente.

A proposição também ratifica a cobrança do uso da água. Os valores serão acordados entre o Conselho e os Comitês de Bacia. Segundo a secretária, atual-

mente, a receita mensal do fundo gira em torno de R\$ 430 mil, provenientes de royalties da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O presidente da Comissão de Administração Públi-

ca, José Queiroz (PDT), criticou o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e ambientais no Estado. Para ele, é ineficiente. "No ano passado, tivemos um dos melhores invernos dos últimos 50 anos, e, mal começou o verão, os municípios já estão sem água. É preciso que o Governo Estadual estabeleça prioridades nessas áreas", destacou Queiroz.

Além da presença dos deputados Betinho Gomes (PPS), Geraldo Coelho (PFL) Aurora Cristina (PMDB), Jacilda Urquiza (PMDB) e Ceça Ribeiro (PSB), que questionou alguns artigos da lei relacionados ao tratamento do lixo e ao uso de agrotóxicos, o encontro também contou com representantes do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE), da Agência Pernambucana de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (CPRH), entre outras entidades da sociedade civil.

Ensino Superior

Antônio Moraes rebate denúncias contra Iaupe

Classificando de "denúncias irresponsáveis, inverídicas e improcedentes", o deputado Antônio Moraes (PSDB) rebateu, ontem, as acusações feitas em Plenário pelo deputado Sílvio Costa (PMN) sobre supostas irregularidades no Instituto de Apoio à Universidade de Pernambuco (Iaupe), na última terça-feira. "Em aparte, lamentei que o deputado se prestasse a fazer uma denúncia vazia e sem nenhuma lógica sobre a UPE. Todas as universidades do País têm uma instituição como o Iaupe e não há nenhuma ilegalidade nisso. Não há nada que venha a desabonar a conduta do reitor, Emanuel Dias, e da diretoria da Universidade de Pernambuco (UPE), que vêm fazendo um trabalho muito bom à frente da instituição", afirmou.



FERNANDO SILVA

REUNIÃO - Esclarecimento

Moraes lembrou que Costa anunciou à imprensa que teria "uma bomba" que abalaria os alicerces do Governo e da Universidade. "Entretanto, todas as informações apresentadas já eram de conhecimento público. O reitor Emanuel Dias é, sim, diretor do Iaupe,

mas sua indicação é institucional e não pessoal. O reitor só é diretor do instituto enquanto estiver no cargo da reitoria. Assim que sair, automaticamente, um novo reitor assumirá o posto. Ao contrário do que o deputado afirmou, não existe nenhum grupo que se apropriou de uma instituição para tirar proveito da UPE. Aqueles que integram o conselho do Iaupe o fazem porque são da direção da Universidade, que é eleita pelos funcionários, estudantes e professores", destacou.

O assunto deve voltar a ser discutido na audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Casa, no próximo dia 1º de setembro. O evento deverá contar com a presença do reitor Emanuel Dias, que prestará esclarecimentos quanto às acusações.

Defesa do consumidor

Aprovado novo critério para a venda do pão francês

O projeto de lei que disciplina a venda de pão francês no Estado foi aprovado, ontem, no Plenário, em primeira discussão. A proposição, de autoria do deputado Roberto Liberato (PFL), prevê de forma sistemática a comercialização do produto no peso. O objetivo é garantir o controle e evitar práticas lesivas ao consumidor. "Embora a Portaria nº 3 do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) estabeleça pesos nominais para o pão francês ou de sal, quando comercializado por unidade, na prática tem ocorrido burla ao consumidor. Muitos comerciantes têm vendido o pão com peso inferior aos valores nominais estabelecidos", declarou.

Antes da votação, o pe-felista solicitou o apoio dos parlamentares, argumentando que a iniciativa tem a aprovação de grande núme-

ro de panificadoras, uma vez que ajudará a estabelecer a lealdade na concorrência entre os comerciantes.

O parlamentar também ressaltou sua participação em uma reunião, ontem, com o prefeito de Escada, Jandelson Gouveia da Silva, e com representantes da Federação

Pernambucana de Futebol. De acordo com Liberato, a partir de agora, a cidade terá uma equipe na competição estadual, que será realizada no dia 7 de setembro "Agradeço o apoio da Prefeitura de Escada e ao presidente da Liga, vereador Genival Agel da Paixão, conhecido como Nen".



FERNANDO SILVA

MATÉRIA - Proposição, de autoria de Roberto Liberato, prevê comercialização do produto no peso

Plenário rejeita parecer da CCJ

Projeto visa beneficiar deficiente visual

Os deficientes visuais do Estado de Pernambuco poderão ser beneficiados com a obrigatoriedade de sinalização, por meio de uma textura no piso, do espaço em que ficam localizados os orelhões. A medida, prevista pelo Projeto de Lei nº 970/05, da deputada Ceça Ribeiro (PSB), visa evitar acidentes com os portadores de necessidades especiais. A proposta havia sido rejeitada, por inconstitucionalidade

da, pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembléia, mas voltou a tramitar nos demais colegiados permanentes da Casa por decisão do Plenário, que, ontem, rejeitou o parecer da CCLJ.

Ceça Ribeiro manifestou sua posição contrária à decisão da Comissão de Justiça e solicitou aos parlamentares para que votassem pela rejeição do parecer. Segundo a socialista, a matéria vem atender a uma

solicitação dos deficientes e visa assegurar os direitos fundamentais da pessoa humana.

Os deputados João Fernando Coutinho (PSB), Roberto Leandro (PT), Ana Cavalcanti (PP) e Adelmo Duarte (PFL) salientaram o mérito da matéria e a importância de continuar a discussão. O líder do Governo, Bruno Araújo (PSDB), orientou a bancada a votar segundo a decisão pessoal de cada deputado. Alf



TELEFONIA - Empresas deverão instalar sinalização nos vários orelhões do Estado

(PTB) sugeriu a retirada da matéria da pauta e Silvano Costa (PMN) defendeu a

inconstitucionalidade da proposição, sob o argumento de que ela acarretaria gastos ao Estado, mas foi alertado de que o ônus será da empresa de telefonia.

Pronaf

Henrique destaca feira de animais

A 1ª Feira de Animais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que aconteceu na cidade de Passira, localizada na Região Agreste, no último dia 18, foi destacada pelo deputado Henrique Queiroz (PP). "Trata-se de um importante evento que permite ao pecuarista escolher o animal e levá-lo para casa no momento da compra", afirmou.

De acordo com o parla-

mentar, a feira, que colocou à venda 300 animais, foi resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Passira, o Governo do Estado, o Governo Federal e o Banco do Nordeste, que ofereceu aos pecuaristas um empréstimo no valor de R\$ 1 mil, para ser pago com juros de 1% ao ano. "Foram beneficiados 350 agricultores. Eles precisaram apenas comprovar que eram moradores da zona rural." O Pronaf tem como objetivo

financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias, valorizando o trabalho do produtor rural.

Henrique Queiroz apresentou, também, um Voto de Aplausos ao gerente do Banco do Nordeste José Adilson da Silva pela participação no evento. "Gostaria de parabenizar o gerente e os funcionários do banco pelo empenho e dedicação com que atenderam os pecuaristas de Passira e das regiões vizinhas."

FERNANDO SILVA



CRÉDITO - Apoio do BNB

Assinpe

Audiência discute gratificação

O acordo firmado entre alguns integrantes da Associação dos Policiais Militares e Bombeiros Inativos e Pensionistas (Assinpe) e o Governo do Estado, em 2003, voltará a ser debatido, hoje, no Plenário, às 10h, em audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico. Ontem, o deputado Alf (PTB), que também é presidente do colegiado, defendeu a reabertura do inquérito que investiga a legalidade do termo de adesão que estipula o valor da Gratificação de Incentivos (GI) à categoria.

De acordo com o parla-

mentar, há suspeita de que alguns associados assina-

FERNANDO SILVA



ALF - Defesa de inquérito

ram o termo de adesão pensando estar assinando uma ata de presença. "É preciso que haja uma perícia no documento e que as pessoas envolvidas sejam chamadas para esclarecer a situação. Precisamos saber se o termo foi forjado ou não", disse.

Alf questionou a postura da Assinpe, "que, após lutar na Justiça para assegurar a GI aos pensionistas e inativos, firmou acordo com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), com a Secretaria de Administração e Reforma do Estado e com o Escritório de Advocacia Sérgio Higino,

prejudicando os associados". "Com o acordo, o Governo do Estado deverá pagar apenas 20% dos atrasados relativos à gratificação. Os associados perderão 80% do valor e ainda terão que pagar ao escritório de advocacia", explicou. Inicialmente, a GI beneficiava apenas os profissionais da ativa.

Em aparte, o deputado Nelson Pereira (PCdoB) apoiou Alf e elogiou a categoria, que, durante muitos anos, prestou serviços ao Estado. "Agora que eles mais precisam, o Governo se recusa a reconhecer seus direitos", disse.

Barreiros

Vereadora recebe elogios

A iniciativa da presidente da Câmara Municipal da cidade de Barreiros, vereadora Fátima Rocha, de denunciar o suposto pagamento de propina a vereadores pelo prefeito Antônio Vicente (Prona), a fim de que votassem a favor de projetos do Executivo Municipal, recebeu elogios na Alepe. Ontem, o deputado Nelson Pereira (PCdoB) ressaltou que as declarações de Fátima foram amplamente divulgadas pela imprensa.

"Casos semelhantes acontecem em nível nacional e são alvo de várias reportagens na imprensa, demonstrando que a sociedade

FERNANDO SILVA



NÉLSON - Iniciativa

está cada vez mais sensibilizada e tende a desaprovar todas as formas de uso de funções públicas para interesses privados", afirmou. A suposta ação do prefeito ficou conhecida como "mensalinho" e foi denunciada ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) esta semana. Em aparte, os deputados Alf (PTB) e Ceça Ribeiro (PSB) também repudiaram o fato e registraram que é necessário dar um basta na corrupção.

Nelson Pereira ainda comentou sobre diversas iniciativas de combate ao nepotismo. Uma delas foi a do prefeito do município do Cabo de Santo Agostinho, Lula Cabral (PTB), que apresentou projeto de lei proibindo a contratação de parentes para ocupar cargos em comissão e funções de confiança no Executivo e Legislativo da cidade. "Nepotismo e corrupção são práticas que a sociedade não tolera mais", afirmou. Pereira informou que apresentou projeto semelhante no Legislativo Estadual, visando proibir a nomeação de parentes de parlamentares para cargos em comissão ou funções de chefia.

Resolução

Resolução Nº 730

EMENTA: Concede a Medalha do Mérito Sanitário Josué de Castro ao Dr. Malaquias Batista Filho.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Sanitário Josué de Castro ao Dr. Malaquias Batista Filho, nos termos do que dispõe a Resolução nº 480 de 28 de junho de 2000.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco,
em 24 de agosto de 2005.

ROMÁRIO DIAS
Presidente

Ato

ATO Nº 490

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 116/2005, da Deputada Teresa Leitão, **RESOLVE:** nomear **WAGNER BIDOIA**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.247/03.

Sala Torres Galvão, 24 de agosto de 2005.

Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Presidente

Ordem do Dia

Octogésima Oitava Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 25 de agosto de 2005, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5273 /2005
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1010/2005, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, ao município do Recife, o imóvel que indica, sendo condicionada à operacionalização e manutenção do sistema viário de acesso ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 623/2004
Autor: Deputado Lourival Simões

Denomina o Distrito Industrial de Petrolina “Distrito Industrial Paulo de Souza Coelho”.

Pareceres Favoráveis: 1º, 3º e 5º Comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria do Deputado Geraldo Coelho, apresentada para o 2º Turno que recebeu o Parecer Favorável da 1º e 3ª Comissões. Depende de Parecer da 5ª Comissão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/6/2004

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 768/2004
Autor: Deputado Bruno Rodrigues

Torna obrigatório em todo o Estado de Pernambuco, o uso, em local de fácil manipulação, de um desfibrilador externo nos estádios de futebol, ginásios de esportes, academias de exercícios físicos e em casas de espetáculos que realizem grandes eventos.

Pareceres Favoráveis das 1º, 2º, 3º e 8ª Comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria do Deputado Bruno Rodrigues para o 2º Turno que recebeu Parecer Favorável das 1º, 2º, 3º e 8ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 4/11/2004.

Discussão Única da Indicação nº 4484/2005
Autor: Dep. Roberto Liberato

Apelo ao Presidente da Compesa no sentido de autorizar a implantação da rede de distribuição de água no Povoado de Laje Grande, Distrito de Alagoinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4485/2005
Autor: Dep. Roberto Liberato

Apelo ao Presidente da Compesa no sentido de autorizar a complementação da rede de distribuição de água da Cidade de Alagoinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4486/2005
Autora: Dep. Dilma Lins

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura no sentido de incluir ainda para o segundo semestre do exercício de

2005, no Projeto: Expansão e Melhoria da rede Escolar, o município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4487/2005
Autora: Dep. Dilma Lins

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura no sentido de incluir ainda para o segundo semestre do exercício de 2005, no Projeto: Expansão e Melhoria da rede Escolar, o município de Belém do São Francisco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4488/2005
Autora: Dep. Dilma Lins

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania no sentido de incluir o município de Capoeiras no Programa Mutirão da Cidadania – Menino de Engenho, ainda no segundo semestre do exercício de 2005.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4489/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Apelo ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificar o policiamento ostensivo no município de Goiana, com abrangência nos distritos de Tejucupapo e Pontas de Pedra.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4490/2005
Autor: Dep. Guilherme Uchôa

Apelo ao Secretário de Defesa Social no sentido de intensificar as rondas “*Noite e Dia*” em Catuama, município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única da Indicação nº 4491/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de determinar providências administrativas e técnicas para viabilizar a instalação de telefones públicos nas comunidades de Serrinha, Agrovila e Águas Claras, situadas no município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3136/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso ao Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP) pela eleição dos novos Conselheiros da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC).

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3137/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso à Amanco Brasil pela iniciativa de implantar sua fábrica no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3138/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado: *O estranho modo petista de governar*, de autoria do sociólogo José Arlindo Soares, publicado no Jornal do Commercio, Seção Opinião, em 12 de julho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3139/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado: *Turismo Tropical*, de autoria do escritor Francisco Bandeira de Mello, publicado no Jornal do Commercio, Seção Opinião, em 10 de julho de 2005.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3140/2005
Autor: Dep. Sebastião Oliveira Júnior

Voto de Aplauso ao Senhor Paulo Ricardo Andrada de Godoy Brito, Policial Civil QAPC I, por sua atuação junto a Secretaria de Defesa Social.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3141/2005
Autora: Dep. Carla Lapa

Voto de Aplauso a todos os que fazem parte do Centro Espírita Amor e Caridade, na pessoa da Senhora Maria das Mercês Almeida Teles, Diretora Doutrinária, pela realização da 2ª Semana Espírita de Carpina, realizada no município de Carpina, durante os dias 20 e 25 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Discussão Única do Requerimento nº 3142/2005
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Voto de Aplauso ao Senhor José Adilson da Silva, gerente e demais funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, em Surubim, pela implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no município de Passira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/8/2005

Ata

ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados João Negromonte, Romário Dias, Raimundo Pimentel, Alf e João Fernando Coutinho.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 14 (catorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença

inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Carla Lapa, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaias Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Marcantônio Dourado, Mavíael Cavalcanti, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os Deputados: Ana Rodovalho, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Claudiano Martins, Fernando Lupa, Manoel Ferreira, Nelson Pereira, Pastor Cleiton Collins e Pedro Eurico. Encontrando-se licenciado o Deputado Augusto César. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados Guilherme Uchôa e Roberto Liberato. Lidas são aprovadas as atas das reuniões anteriores. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Liberato para comentar indicações de sua autoria apelando ao Presidente da Compesa no sentido de autorizar a implantação da rede de distribuição de água na cidade de Alagoinha e no Povoado de Laje Grande, distrito de Alagoinha. Concluindo, saúda o corpo docente e discente do Colégio Cenequista Monsenhor Bernardino Carvalho do município do Alinho presente nas dependências desta Casa de Leis. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente registra com satisfação a presença nas galerias deste Poder do corpo docente e discente do Colégio Cenequista Monsenhor Bernardino Carvalho, localizado no município de Alinho. Com a palavra o Deputado Mavíael Cavalcanti que em breves palavras demonstra grande satisfação pela presença na Casa Joaquim Nabuco do Colégio Cenequista Monsenhor Bernardino Carvalho do município do Alinho. Logo após, usa da tribuna o Deputado Soldado Moisés para comentar visita que fez ao município de Ipojuca onde participou de reunião sobre eletrificação rural da citada cidade. Segue-se com a palavra o Deputado Antônio Moraes que inicialmente vem registrar com satisfação que o anel viário localizado nas proximidades do Aeroporto dos Guararapes foi construído com recursos do Governo do Estado e mesmo assim o Governador teve a grandeza de colocar na placa de inauguração os nomes de João Paulo e Carlos Wilson. Prosseguindo, informa que a situação do abastecimento d’água do município de Timbaúba está completamente solucionado graças à ação do Governador de Pernambuco. Finalizando, demonstra preocupação com o estado precário que se encontra o Edifício Holiday, oportunidade em que solicita das autoridades que fiscalizem a estrutura do mesmo. Em seguida, ocupa a tribuna o Deputado Roberto Leandro para em sua oratória informar que participou na qualidade de Presidente da Comissão de Cidadania da Assembleia Legislativa da Frente Parlamentar Brasil Sem Armas no dia de ontem na Universidade Salgado Filho, evento que contou com a presença de diversas autoridades. Prosseguindo, usa da palavra o Deputado Sebastião Rufino que inicialmente vem apresentar votos de pesar pela morte do funcionário deste Poder Antônio Nunes, mais conhecido como Tota, ocasião em que solicita um minuto de silêncio. Ato contínuo, o Senhor Presidente defere o pedido do ilustre deputado. Ao final, registra com satisfação que no próximo dia vinte e cinco comemorar-se-á o Dia do Soldado. Continuando, ocupa a tribuna o Deputado Antônio Figueirôa para discorrer acerca de viagem que fez a Brasília onde se encontrou com o Deputado Federal José Chaves para tratar sobre a duplicação da BR 104, mais conhecida como a estrada da sulanca. Com a palavra o Deputado Isaltino Nascimento que em seu discurso vem criticar o Governo do Estado pela crise que se instalou na saúde pública de Pernambuco. Concluindo, fala de consórcio intermunicipal na área de saúde. Em seguida, usa da tribuna o Deputado José Queiroz para mais uma vez lamentar que o Governo do Senhor Jarbas Vasconcelos não tenha a mínima atenção com a classe dos servidores estaduais. Finalizando, informa que diversas categorias encontram-se em greve, como a dos professores e funcionários do Hemope e do Detran por total insensibilidade do citadão governo. (Assume a Presidência o Deputado Romário Dias). Logo após, com a palavra a Deputada Jacilda Urquisa que em seu pronunciamento vem registrar com grande satisfação os cento e cinquenta e seis anos de nascimento do saudoso Joaquim Nabuco. Continuando, ocupa a tribuna o Deputado João Fernando Coutinho para informar que nesses últimos dias ocorreu o Décimo Congresso do Partido Socialista Brasileiro (PSB), realizado na cidade de Brasília, ocasião em que foi escolhido o Deputado Federal Eduardo Campos para presidir o referido partido. Finalmente com a palavra a Deputada Teresa Leitão, última oradora inscrita, que vem tecer alguns comentários a respeito da oficialização da contribuição dos sindicatos sobre a ôtica da reforma política. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em votação, é aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 1010/2005. Submetidas ao Plenário são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 4442/2005 a 4461/2005, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 3113/2005 a 3117/2005. Anunciado o Grande Expediente, usa da tribuna o Deputado Sebastião Oliveira Júnior para em longo pronunciamento afirmar que não faz política no município de Barreiros, porém na qualidade de deputado do Estado de Pernambuco comprometido com o estado de direito vem apelar em nome da população de Barreiros no sentido de que o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral coloque em julgamento a ação penal que opina pela cassação do prefeito e do vice-prefeito do município supracitado por prática de crime eleitoral. Com a palavra o Deputado Sílvio Costa (assume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel), que mais uma vez vem informar que na Universidade de Pernambuco (UPE) se instalou uma verdadeira quadilha para angariar dinheiro público de forma ilícita. O orador foi apertado pelos Deputados: Teresa Leitão, Antônio Moraes, José Queiroz, Augusto Coutinho, (assume a Presidência o Deputado Alf), Roberto Liberato, (assume a Presidência o Deputado João Fernando Coutinho), Raimundo Pimentel, (reassume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel) e Jacilda Urquisa. Por último, ocupa a tribuna o Deputado João Fernando Coutinho para contestar com veemência o pronunciamento do Deputado Sebastião Oliveira Júnior quando o mesmo discorreu acerca da política do município da cidade de Barreiros, mais precisamente sobre o atual prefeito e vice-prefeito do município acima citado. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4462/2005 a 4483/2005 de autoria dos Deputados: Guilherme Uchôa, Adelmo Duarte, Ricardo Teobaldo, Antônio Figueirôa, Raimundo Pimentel, Ceça Ribeiro, Antônio Moraes, Roberto Liberato, Aglailson Júnior e Elias Lira e, os Requerimentos nºs 3118/2005 a 3130/2005 da lavra dos Deputados: Augusto Coutinho, Antônio Moraes, Antônio Figueirôa, Mavíael Cavalcanti, Betinho Gomes e Sebastião Rufino, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado Guilherme Uchôa, dois apelos: o primeiro, ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de intensificar as incursões em Salgadinho, em Olinda; e o segundo, ao Governador do Estado no sentido de dar continuidade e manutenção ao sistema de câmaras eletrônico, posto que algumas já não funcionam. Pelo Deputado Adelmo Duarte, quatro apelos: o primeiro, aos Senhores: Governador do Estado, ao Secretário de Infra-Estrutura e ao Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento no sentido de providenciarem a construção do sistema de abastecimento d’água do povoado de Cabanas, no município de Cachoeirinha; o segundo e terceiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária e ao Presidente da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, no sentido de viabilizarem a recuperação dos poços artesanais localizados nos Sítios Peri-Peri e Olhinhos D’água, nos municípios de Jurema e Lajedo; e o quarto, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Defesa, Chefe de Polícia Civil e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de

que sejam ampliados os contingentes policiais nos municípios de Lajedo, Jurema, Jupl, Cachoeirinha, Ibirajuba, Calçados, São Bento do Una e São João. Pelo Deputado Ricardo Teobaldo, apelo ao Senhor Gerente de Relações Institucionais da Telemar Nordeste, no sentido de viabilizar a implantação de telefones públicos na comunidade Sítio Santana no município de Frei Miguelinho. Pelo Deputado Elias Lira, apelo aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária, no sentido de viabilizarem a instalação de uma clínica veterinária e laboratório para animais de pequeno porte no município de Vitória de Santo Antão. Pelo Deputado Aglailson Júnior, três apelos: o primeiro e segundo, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Infra-Estrutura e ao Presidente da Companhia Energética de Pernambuco, no sentido de executarem o Projeto de Eletrificação Rural para as famílias de baixa renda residentes nos Sítios Cacimba Nova e Tamboril no município de Custódia; e o terceiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Infra-Estrutura e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de viabilizarem a reconstrução da cabeceira da ponte sobre o Rio Tapacurá que liga Vitória de Santo Antão ao município de Glória do Goitá. Pelo Deputado Antônio Moraes, três proposições: a primeira, apelo aos Senhores: Governador do Estado, Ministro do Esporte, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, Secretário de Infra-Estrutura, Diretor-Presidente da Companhia Energética de Pernambuco e ao Presidente da Federação Pernambucana de Futebol, no sentido de implantarem em Pernambuco iniciativa semelhante ao Programa “Campo de Luz”, desenvolvido pelo Govemo de Minas Gerais que está iluminando os campos de futebol amador daquele Estado; a segunda, apelo aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Justiça e Direitos Humanos e ao Diretor do Sistema Estadual de Proteção do Consumidor, no sentido de viabilizarem a instalação de uma unidade do referido Sistema no município de Goiana; e a terceira, requerimento solicitando que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo “O médico de Arraes”, de autoria do jornalista Ivanildo Sampaio, publicado no Jornal do Commercio de vinte e um de agosto de dois mil e cinco. Pela Deputada Ceça Ribeiro, apelo ao Senhor Diretor-Presidente da Companhia Energética de Pernambuco, no sentido de realizar um estudo na Aldeia Fulni-ô para que a rede de distribuição seja transformada em trifásico no município de Águas Belas. Pelo Deputado Raimundo Pimentel, dois apelos: o primeiro, ao Senhor Secretário Estadual de Produção Rural e Reforma Agrária, no sentido de autorizar a ampliação e reforço das paredes da barragem do Sítio Bezerro; e o segundo, ao Senhor Secretário Estadual de Infra-Estrutura no sentido de viabilizar a eletrificação dos Sítios Souza e Cavaleiro, esses no município de Santa Cruz. Pelo Deputado Betinho Gomes, voto de aplauso ao Senhor Joaquim Fernando Godoy Bené pela sua nomeação para o cargo de Defensor Público Geral da Defensoria Geral do Estado de Pernambuco. Pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, voto de aplauso ao Jornal do Commercio pela iniciativa de publicar uma série de reportagens especiais sobre o setor de saúde, tendo a primeira abordado o alto reajuste da saúde privada e os seus impactos sobre a classe média. Pelo Deputado Augusto Coutinho, sete requerimentos: do primeiro ao quinto, votos de aplausos: ao Instituto Pátria pela iniciativa de promover a Marcha da Vitória evento que homenageia os trezentos e sessenta anos da Batalha das Tabocas; às editoras Massangana e Bem-te-vi pelo lançamento dos Diários de Joaquim Nabuco; ao jornalista Abdias de Moura por ter sido escolhido o mais novo imortal da Academia Pernambucana de Letras; ao administrador Miguel Borges pelo lançamento da edição comentada do livro “Administração e Contabilidade dos Condomínios Residenciais; e ao Instituto Ricardo Brennand pela iniciativa de expor seu acervo de peças no Salão de Arte e Antiguidades, que acontece no Clube A Hebraica, no Estado de São Paulo; o sexto e o sétimo, solicitando que sejam transcritos nos Anais desta Casa os artigos: “Política a afeto”, de autoria da vereadora do Recife, Priscila Krause; e “Reformas”, de autoria do administrador Heráclito Cavalcanti, publicados nos Jornais Diário de Pernambuco e Commercio, datados de sete e dezesseis de agosto do corrente ano; e pelo Deputado Antônio Figueirôa, quatro apelos: o primeiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Infra-Estrutura e ao Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água; o segundo, ao Senhor Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar, no sentido de viabilizar a instalação de telefones públicos, esses no Povoado de Jararaca; o terceiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária e ao Diretor-Presidente da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, no sentido de providenciarem a construção de poço artesiano com reservatório na comunidade da Vila do Diogo, esses no município de Condatado; e o quarto, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Infra-Estrutura e ao Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de providenciarem a instalação de placas indicativas no perímetro urbano de Caruaru, do acesso ao Hospital Regional do Agreste. (As proposições, Indicações nºs 4478 e 4479/2005, de autoria do Deputado Roberto Liberato, constam na Ata da Octogésima Quinta Reunião Ordinária, datada de dezoito de agosto de dois mil e cinco). (Sendo **Deferidos** os seguintes Requerimentos: 3131/2005 do Deputado Isaltino Nascimento solicitando Pedido de Informações ao Senhor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos; 3132/2005 e 3134/2005 de autoria do Deputado Izaias Régis solicitando Pedidos de Informações aos Senhores: Presidente da Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco; ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e ao Superintendente do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros; 3133/2005 de iniciativa da Deputada Teresa Leitão solicitando Pedido de Informações ao Senhor Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Cidadania; e 3135/2005 da lavra do Deputado Augusto César solicitando Pedido de Informações ao Governador do Estado). (Os Projetos de Lei Ordinária nºs 1039/2005 a 1041/2005 oriundos do Poder Executivo foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

Expediente

OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2005.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 5264 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 1006.
A Imprimir.

PARECER Nº 5265 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 768.
A Imprimir.

PARECER Nº 5266 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 1030.
A Imprimir.

Ofício

Ofício GPG nº 417

Recife, 22 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Legitimado pelos artigos 127, § 2º, 129, § 4º, da Constituição da República, 68 da Constituição do Estado de Pernambuco e § 1º do art. 57, da Lei Complementar nº 12/94 com as alterações posteriores, que conferem iniciativa privativa às leis que venham a tratar da política remuneratória de seus membros, encaminho a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que fixa o subsídio dos membros do Ministério Público, de modo a compatibilizá-lo ao já aprovado por essa Assembléia Legislativa para os desembargadores do Tribunal de Justiça, por meio da Lei nº 12.861, de 11 de agosto próximo passado.

Registro, Senhor Presidente, por necessário, que não se fez possível a esta procuradoria-geral de Justiça encaminhar o presente projeto concedendo a devida simetria constitucional - como deveria -, com o Poder Judiciário: subsídio de 90,25% dos Ministros do STF a partir de 1º de junho. Assim não aconteceu por impossibilidade de obtenção de recursos, uma vez que, para tanto, necessitar-se-ia de R\$ 4,5 milhões de suplementação orçamentária e financeira.

A esta solicitação, o Poder Executivo respondeu negativamente. Argumentou que, para atender a esta necessidade do Ministério Público quebrar-se-ia os termos do entendimento mantido entre os Poderes para a aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1008/2005. Tal entendimento fora consubstanciado pela Emenda Supressiva nº 01/2005 e Modificativa nº 02/2005, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação dessa Assembléia, consistindo: 1º. em que a adequação de subsídio prevista para junho de 2005 deveria ser paga com recursos do orçamento do próprio do Poder Judiciário; 2º. em suprimir o dispositivo que previa a adequação de subsídio em janeiro de 2006, dada a situação de *déficit* financeiro do Estado.

A alternativa, pois, dada ao Ministério Público, foi a de que mantivesse a atual diferença de 10% entre as duas carreiras e, ao depois, discutir-se-ia a forma de promover-se a simetria constitucional de subsídio.

Na medida em que a Instituição não persegue um simples percentual de 10%, mas sim a obediência a um princípio constitucional, e ante o fato de não contar com recursos orçamentários- (alocados pelo tesouro ou de receitas diretamente arrecadadas-RDA) - para conceder a simetria constitucional retroativa a junho, restou ao Ministério Público, não sem perdas reais e sentimento de desigual tratamento, encaminhar o presente Projeto de Lei que **efetiva a simetria somente a partir de setembro**.

O direito à simetria é devido, reafirme-se. Entretanto, é isto, sem apelos ou favores, que os recursos orçamentários hoje existentes no Ministério Público permitem fazer.

Espera-se, apenas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esse desigual e injurídico tratamento finde e que, a partir desta data, o Ministério Público - obtenha dos Poderes do Estado o respeito e o reconhecimento que já obteve da população. Os promotores e procuradores de Justiça o merecem – não como dádiva – mas porque o conquistaram com o seu diuturno trabalho em defesa dos interesses da sociedade.

É tempo de o Ministério do Estado de Pernambuco deixar de figurar como um dos únicos da federação (ao lado do MP do Estado do Piauí) onde o tratamento é diferenciado. Afirmo, com convicção e orgulho que razões de recrutamento, conhecimentos, capacidade técnica, superioridade - moral ou ética-, inexistem para que isto persista. Mesmo porque, como já afirmei em outras ocasiões, somos feitos do mesmo barro, temos as mesmas origens sociais, portanto, semelhantes defeitos e qualidades.

Nesse sentido, o Ministério Público de Pernambuco, não obstante já conheça a extrema sensibilidade dessa Casa para com os projetos de lei de sua iniciativa, aproveita a oportunidade para, embora de maneira repetitiva, falar acerca do entendimento desta Instituição quanto à necessidade de, em cumprimento à Constituição da República, conferir-se idêntico tratamento legal aos membros das carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público. Mesmo porque, ressaltaria discriminatório, senão dissimulatório, o comportamento do constituinte de atribuir-se e cobrar-se, diariamente, dessas duas instituições republicanas, tão graves e sérias responsabilidades na defesa dos direitos da sociedade perante e, no mais das vezes, contra os outros Poderes do Estado, se a apenas uma delas viessem a ser conferidos os meios materiais e humanos e as correspondentes garantias aos seus agentes.

Já na Mensagem referente ao subsídio de 2004, que buscava corrigir a irrazoável e inaceitável diferença de 41% (quarenta e um por cento) que então se estabeleceu entre os subsídios dos membros das duas Instituições, vocalizou-se, perante essa Casa, a insatisfação de todos os membros do Ministério Público. Ao fim, em nome do estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e do respectivo equilíbrio financeiro do Estado, aprovou-se um projeto de lei com uma diferença de dez pontos percentuais entre as remunerações das duas instituições. Diferença essa que persiste até a presente data.

Lembro, em resgate histórico, que, há alguns anos atrás, o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, em Mensagem enviada ao Congresso Nacional, retratando o inexistível desequilíbrio entre as remunerações das duas instituições na esfera da União e corrigindo a distorção, via remessa de projeto, que resultou na Lei Federal nº 10.477, de 26.06.2002, asseverou que tal fato, a par de ferir a interpretação haurida da nova Constituição de 1988, destoava da normativa internacional, assim:

“(…) os integrantes das carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público são considerados agentes políticos, e não servidores públicos, em decorrência dos cargos que ocupam, cujo exercício exige como princípio a independência funcional para que tenham liberdade da concretização dos misteres respectivos, tendo-lhes sido deferidas as garantias dispostas nos artigos 95 e 128, I, sendo elas a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

Ressalta mais evidente ainda a equivalência existente no ordenamento jurídico brasileiro entre os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público quando o constituinte originário estabeleceu as mesmas vedações para ambas as carreiras, estas estabelecidas nos arts. 95, parágrafo único e 128, II da Carta Magna, estabelecendo que ambos não podem exercer outro cargo ou função, salvo uma de magistrário; receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo; dedicar-se à atividade político-partidária.

Por outro lado, é de se destacar que há uma tendência mundial para a equivalência entre os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Em Portugal, a exemplo, o artigo 75, item 1 da Lei 60/98 (Estatuto do Ministério Público) efetivou naquele país a equivalência entre o Ministério Público com a magistratura judicial, ao dispor: “A magistratura do Ministério Público é paralela à magistratura judicial e dela independente”.

Na Espanha, o Estatuto Orgânico do Ministério Público, Lei nº 50, de 30 de dezembro de 1981, em seus artigos 52 e 53, estabelece a equivalência entre as duas instituições:

‘Artículo 52. - Los miembros del Ministerio Fiscal gozarán de los permisos y licencias, y dei régimen de recompensas, que reglamentariamente se establezcan, inspirados unos y otros em lo dispuesto para Jueces y Magistrados por La Ley Orgánica del Poder Judicial.’

‘Artículo 53. El régimen retributivo de los miembros del Ministerio Fiscal se regirá por Ley y estarán equiparados en retribuciones a los miembros de la Carrera Judicial.’

Na Itália também o Ministério Público guarda equivalência com a magistratura, dada a unidade existente entre as carreiras, sendo inclusive o seu membro chamado de magistrado 'inquirente' e o correspondente a juiz do Brasil é chamado de magistrado 'giudicante', conforme lembra o substituto do Procurador Nacional Antimafia, Giuliano Turone:

‘(…) em Itália a independência do MP está fortemente salvaguardada pela unidade entre as carreiras julgadora (giudicante) e investigadora (inquirente): enquanto a carreira se mantiver unitária, enquanto juizes e MP forem governados por um mesmo Conselho Superior da Magistratura, qualquer ameaça potencial à independência do MP poderá ser neutralizada, porque os valores e a cultura da independência do juiz - e as correspondentes garantias – tenderão natural e automaticamente a proteger de maneira adequada também a independência do MP.’

Na Alemanha, também existe equivalência entre o Ministério Público e a Magistratura. No tocante à natureza jurídica do Ministério Público alemão, é consensual na doutrina tratar-se de ‘um órgão da tutela penal equiparado aos tribunais, a quem cabe a persecução penal e a co-participação no processo penal’, conforme estabelece a Lei de Organização Judiciária alemã.

A tendência europeia quanto à equivalência dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público é demonstrada na Declaração de Princípios sobre o Ministério Público (adotada em Nápoles, 2 de março 1996) feita pelos Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdade — MEDEL, in verbis:

‘IV. Estatuto Os membros do Ministério Público são necessariamente magistrados, integrados a um corpo judiciário único, onde constituem uma magistratura distinta, a qual terá um estatuto, direitos e garantias equivalentes àqueles dos juizes. (IV. STATUT ET PERSONNEL Lês membres du MP sont nécessairement des magistrats, intégrés dans un corps judiciaire unique, ou constituant une magistrature distincte, Laquelle aura un statut, des droits et des garanties équivalents à ceux des juges.’

Em complemento ao afirmado pelo então Procurador-geral da República, fiz então ver que caberia menção

(…), ainda, às Diretrizes aprovadas no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, celebrado em Havana (Cuba) de 27 de agosto a 07 de setembro de 1990, presente o Brasil, onde consta que os integrantes do Ministério Público, para além de adequada remuneração, devem ter asseguradas condições de serviço satisfatórias.

Tais Diretrizes, à toda evidência, por razões econômicas do Estado, que têm se refletido nos restritivos orçamentos aprovados para a Instituição ministerial em Pernambuco, não vêm sendo cumpridas, tanto que continuam vagos 140 cargos de Promotores de Justiça, 14 de Procuradores de Justiça, 335 de servidores, de um total de 456. Mais: inexistem instalações condignas de trabalho para todos. Explicadas essas razões de ordem econômica, pode-se vir a compreendê-las e aceitá-las, desde que os efeitos delas decorrentes atinjam a todos os órgãos do Estado, sem qualquer distinção, porque à vista da Constituição da República, a repartição dos recursos orçamentários, para as instituições estatais, devem ter paridade de tratamento, pena de serem estabelecidos odiosos e inexplicáveis privilégios e de serem cristalizadas antigas e injustas distorções. Em resumo: há de se “tratar os iguais, igualmente; e os desiguais, desigualmente.”

Manter-se a mesma situação, quando não mais subsistem óbices constitucionais ou legais, é subalternizar o Ministério Público, é desmerecer o trabalho de todos os promotores e procuradores de Justiça do Estado.

Esperava-se que, com a Emenda Constitucional nº 45/04, essa desigualdade cessasse. Porque foi isso que ela buscou corrigir, ao determinar que se aplicasse ao Ministério Público todo o art. 93. É certo, no que coubesse. Mas, com seriedade, não é possível sustentar-se que todos os incisos sejam aplicáveis, menos aquele que trata da remuneração.

Com efeito, a fim de não ser enfadonho, peço vênia a esse Parlamento para, ratificando todos os termos da Mensagem anterior, utilizar-me, nesta oportunidade, tão-só das palavras do procurador-geral de República, Cláudio Fonteles, quando do encaminhamento do Projeto de Lei nº. 4.652/2004, aprovado agora em julho pelo Congresso Nacional (Lei nº 11.144, de 26 de julho de 2005), em tudo aplicável aos Ministérios Públicos dos entes federados:

“A simetria existente entre as carreiras do Judiciário e do Ministério Público encontra-se plasmada no ordenamento jurídico brasileiro, assumindo dimensões explícitas na Constituição Federal de 1988 com o estabelecimento das mesmas vedações e das mesmas garantias (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios). Decorre daí a observância, desde então, de políticas remuneratórias específicas para as carreiras da Magistratura da União e do Ministério Público da União, do que é exemplo recente a edição das Leis nº 10.474 e nº 10.477, de 2002. O desenho constitucional simétrico acha-se ainda mais nítido, agora, com a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 45, que determina a aplicação, no que couber, do art. 93 da Constituição Federal ao Ministério Público e institui os Conselhos Nacionais da Magistratura e do Ministério Público, com estruturação similar, idêntica função e objetivos coincidentes.”

E esta aplicação decorre da simples leitura da Constituição da República, quando dispõe, verbis:

“(…)

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdiccional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

*§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público **a unidade**, a indivisibilidade e a independência funcional.*

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

COMISSÃO DE SAÚDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do Regimento Interno, os deputados ADELMO DUARTE, ANA CAVALCANTI, ISALTINO NASCIMENTO E NELSON PEREIRA membros titulares, bem como os suplentes ELIAS LIRA, AURORA CRISTINA, IZAÍAS RÉGIS, MARCANTONIO DOURADO E ROBERTO LEANDRO, para uma audiência pública a ser realizada no dia 31(trinta e um) de agosto de 2005, às 10(dez) horas, no auditório, 6º andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, onde estaremos discutindo a Lei nº 12.259/2002, que trata da política estadual de incentivo à pesquisa e à preparação de produtos fitoterápicos.

Sala da Comissão de Saúde, 24 de agosto de 2005.

Deputado Mavíael Cavalcanti
Presidente

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 5º - Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

O argumento de que a simetria das carreiras do Judiciário e do Ministério Público somente se aplica às carreiras da União ressoa inconsistente, vazio. É que, pelo princípio constitucional da unidade do Ministério Público (v. art. 127, CR/88), que permite dividi-lo em ramos apenas para efeito de organização e de distribuição e exercício de suas atribuições dentro do Estado brasileiro, não seria possível que prerrogativas e garantias fossem asseguradas a apenas um dos seus ramos - o Ministério Público da União - em detrimento de um seu outro - o dos Estados -, ao qual se aplicariam todas as vedações. É uma interpretação irrazoável, que violenta a Constituição da República.

Esses irrefutáveis argumentos jurídicos – aliados ao trabalho e à legitimidade social angariados pelo Ministério Público pernambucano - são mais que suficientes para que, em se querendo, sejam superados todos os eventuais obstáculos que lhe venham a ser opostos.

Em resumo: o projeto de lei atende a uma determinação constitucional; está sendo remetido bem antes dos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o final do mandato do procurador-geral de Justiça (10 de janeiro de 2007); não será necessária a alocação de novos recursos orçamentários para pessoal, porquanto – embora fosse devido- os seus efeitos financeiros não estão sendo retroativos ao mês de junho; estão sendo respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, senhor Presidente, senhores Parlamentares, honra-me, perante a Casa de Joaquim Nabuco, principalmente ante a crise que atravessa o País, ratificar o solene juramento prestado pelos membros do Ministério Público de defender a Constituição da República e a deste Estado, lutando para que todos, como de ordinário seria supor no regime democrático, a elas se submetam, porque iguais perante a Lei.

Certo de que a presente proposição receberá a devida acolhida e tramitação em regime de urgência nesse Parlamento, o que, de logo fica solicitado a essa Presidência, colho o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e aos seus Ilustres Pares protestos de estima e consideração.

Recife, em 24 de agosto de 2005.

FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

Projeto de Lei Ordinária Nº 1048/2005

Ementa: Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Em observância ao preceituado nos artigos 37, X, 39, § 4º, 127, § 2º, 128, § 5º, I, c, 129, § 4º, da Constituição da República, artigo 69, § 2º, inciso I, da Constituição Estadual e na Lei Estadual nº 12.861, de 10 de agosto de 2005, a partir de 01 de setembro de 2005 até 31 de dezembro de 2005, o subsídio de Procurador de Justiça será de R\$ 19.403,75 (dezenove mil, quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º Em relação aos promotores de Justiça da 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, será observada a diferença de 10% (dez por cento) prevista no art.129, § 4º, inciso V, da Constituição da República, conforme valores constantes do Anexo Único.

Art. 3º A aplicação desta Lei é extensiva aos membros aposentados do Ministério Público do Estado.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento Ministério Público.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

Subsídios dos Membros do Ministério Público de Pernambuco
Vigência de 01 de setembro até 31 de dezembro de 2005

Cargo	Valor em Reais
Procurador de Justiça	19.403,75
Promotor de Justiça de 3º Entrância	17.463,38
Promotor de Justiça de 2ª Entrância	15.717,04
Promotor de Justiça de 1ª Entrância	14.145,33

Recife, em 24 de agosto de 2005.

FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Solicitação de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO
DE DISPENSA DE PRESEÇA EM
REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 24 de agosto de 2005 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília.

Recife, 24 de agosto de 2005.

Deputado Augusto Coutinho

DESPACHO

DEFERIDO
EM, 24/08/2005

Deputado Ettore Labanca
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Mensagem

MENSAGEM Nº 105/2005.

Recife, 24 de agosto de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anexo Projeto de Lei, que autoriza a concessão de imóvel público a particular, a título oneroso, por prazo de até 04 (quatro) anos, localizado na Academia de Polícia Militar de Paudalho, neste Estado.

A área objeto do presente Projeto de Lei destinar-se-á a instalação de antena para os serviços de telefonia móvel, o que beneficiará os alunos da referida Academia, e outros cidadãos, já que na região não se tem acesso à telefonia móvel, além do que proporcionará aos cofres públicos captação de recursos, tendo em vista seu caráter oneroso.

Outrossim é importante salientar, que para procurar atender a todos os usuários das diversas operadoras, será realizado o sistema de credenciamento, caracterizando-se desta forma a inexistibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, em conformidade com o artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para a apreciação do Projeto anexo, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 24 de agosto de 2005.

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado **ROMÁRIO DIAS**
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1049/2005

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso, a título oneroso, de imóvel que indica, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:

Art. 1º O Estado de Pernambuco fica autorizado a conceder às operadoras de telefonia móvel, a título oneroso, pelo prazo de até 04 (quatro) anos, o uso do espaço com área de 120m² (cento e vinte metros quadrados) para cada operadora, localizado na Academia da Polícia Militar de Paudalho, neste Estado.

Art. 2º A área de que trata o artigo anterior será administrada e de exclusiva responsabilidade da operadora e destinar-se-á a instalação de antena para os serviços de telefonia móvel.

Art. 3º A concessão de uso, objeto desta Lei, será instrumentalizada por contrato de concessão de uso remunerado, mediante credenciamento de cada operadora, sendo inexistível a licitação, com base no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

Art. 4º Findo o prazo de concessão, a renovação para novo período somente dar-se-á por lei específica, conforme previsto no artigo 4º, § 2º, da Constituição do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 24 de agosto de 2005.
JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS Governador do Estado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 4ª Comissões.

Projetos

Projeto de Resolução Nº 1042/2005

Concessão de Título Honorífico de “Cidadão do Estado de Pernambuco”
Ementa: Concede o Título de Cidadão do Estado de Pernambuco ao Engenheiro Agrônomo Kenichi Iwata.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão de Pernambuco ao empresário e engenheiro agrônomo, Sr. Kenichi Iwata.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

O Sr. Kenichi Iwata, nasceu em Nagano-Ken (Japão), em 27 de agosto de 1951, filho do Sr. Kuniichi Iwata e da Sra. Tai Iwata. Naturalizou-se brasileiro, e é casado com a Sra. Kazuko Iwata, também de nacionalidade japonesa e tem 03 filhos e uma filha, todos nascidos no Estado de Pernambuco.

Ele imigrou para o Brasil em janeiro de 1959, juntamente com os pais, sendo um dos pioneiros da imigração japonesa no Estado de Pernambuco, onde foi encaminhado para a cidade de Rio Bonito, distante 120 Km, desta Capital, onde se instalaram na colônia japonesa. Na época a família do Sr. Kenichi Iwata iniciou o trabalho em solo pernambucano, com a plantação de verduras, muitas delas com sementes que foram trazidas do Japão, tais como: acelga, pepino, beringela, rabanetes, nabos, bardanas etc. porém não tiveram o sucesso esperado, tendo em vista os brasileiros ainda desconhecerem estes tipos de verduras.

Daí então, a família do Sr. Kenichi Iwata passou a cultivar as verduras mais conhecidas e consumidas por nossa gente, tais como o tomate, a alface, a cenoura, o pimentão, etc. a partir desta época deu-se início o sucesso que tanto à família japonesa almejava.

Em 1979 o Sr. Kenichi concluiu a sua formação acadêmica, graduando-se como Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Durante o curso universitário, fez curso prático de agricultura e avicultura no Japão, onde estagiou por dois anos, sendo estes oferecidos pelo governo do Japão.

Logo que concluiu o curso universitário, Kenichi iniciou outra atividade, sendo esta no setor avícola, passando a ser um respeitado produtor de ovos nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Igarassú e logo ampliando suas atividades produtivas nas cidades de Goiana e Carpina, formando assim o conglomerado das granjas Jumbo na região metropolitana do Recife e no interior do Estado, concedendo ao povo pernambucano mais de 200 empregos diretos e 700 indiretos.

Em relação ao seu convívio social, foi membro da diretoria da Associação Cultural Japonesa do Recife durante 06 anos e atualmente é o Presidente eleito para um segundo mandato de dois anos.

É membro da Diretoria da Associação dos Avicultores de Pemambuco, exercendo o cargo de vice-diretor na área de produção de ovos no Estado.

Além de sócio, também faz parte do Conselho Diretor do Clube Caxangá Golf Country Club.

Recentemente, o Sr. Kenichi Iwata foi condecorado pelo 7º Comando Militar do Nordeste, com uma Medalha de Honra ao Mérito.

Foi distinguido com votos de aplausos nesta Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, através do requerimento nº 806/2003.

A outorga do Título de Cidadão do Estado de Pernambuco, ao engenheiro e empresário Kenichi Iwata, pelos laços que o vinculam ao nosso Estado, constitui uma justa e merecida homenagem a um grande homem com relevantes serviços prestados a Pernambuco e ao Brasil.

Sala das Reuniões, em 22 de agosto de 2005.
Antônio Moraes Deputado
Adelmo Duarte, Alf, Ana Cavalcanti, Antônio Figueiróa, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Ceça Ribeiro, Ciro

Coelho, Claudiano Martins, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Mavíael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa, Soldado Moisés, Teresa Leitão.

À 1ª Comissão.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1043/2005

Ementa: Considera de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EVANGÉLICA DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CARUARU.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EVANGÉLICA DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CARUARU, entidade sem fins lucrativos, localizada na Rua Marcílio Dias, 99 - Bairro São Francisco - Caruaru - Pernambuco.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

A AASEPIB - Associação de Assistência Social e Evangélica da Primeira Igreja Batista de Caruaru é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade, além de outras, prestar assistência médica e odontológica; assistência ao menor carente; assistência educacional; assistência geriátrica, bem como criar e manter cursos profissionalizantes e promover o desenvolvimento e a difusão cultural. Esta Associação vem desenvolvendo há bastante tempo - filantropicamente - atendimentos médicos e jurídicos às pessoas carentes, através do seu Departamento de Ação Social. Contando com grande número de associados, a AASEPIB tem um quadro de dezenas de profissionais prestadores de serviços, entre cirurgião pediátrico, cirurgião dentista, cirurgião gastro, otorrinolaringologista, cirurgião, dermatologista, ginecologista, ortopedista e fonoaudióloga enfermeiras, auxiliares de enfermagem, psicóloga, nutricionista advogado, contador, engenheiro, cabeleireira, auxiliar de escritório, vigilante, auxiliar de serviços gerais, recepcionista e auxiliar administrativo. A Associação realizou através da Poiclínica Batista, durante o ano de 2004, mais de 6000 atendimentos, incluindo pequenas cirurgias. A AASEPIB também se preocupa em orientar os mais carentes, tentando proporcionar-lhes uma boa qualidade de vida, realizando no Templo da Primeira Igreja Batista palestras estimulando a medicina preventiva, prestando um serviço de inestimável valia aos mais carentes, dando exemplo de amor ao próximo, sem buscar recompensas financeiras.

Sala das Reuniões, em 28 de junho de 2005.
Roberto Liberato Deputado
Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1044/2005

Ementa: Altera o § 1º do Artigo 1º da Lei nº 11.773 de 23 de maio de 2000, que dispõe sobre indenizações à pessoas detidas por motivos políticos, no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do artigo primeiro da Lei nº 11.773 de 23 de maio de 2000, com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 1º Somente terão direito à indenização os que comprovarem haver sofrido torturas, das quais resultou comprometimento físico ou psicológico, desde que não tenham obtido, pelo mesmo motivo, qualquer forma de ressarcimento por dano moral ou material. Terão igualmente direito à indenização, através dos seus familiares, aqueles que foram mortos por participação em atividades políticas.

.....

Justificativa

A presente proposição visa resgatar o direito à indenização, por parte dos familiares, pela morte de cidadãos pernambucanos, que ousaram a 41 anos atrás, lutar pela democracia e não se calar frente às atrocidades cometidas por um governo ditatorial. Precisamos recordar, que muitos brasileiros foram mortos durante os anos de chumbo, tendo suas vidas interrompidas bruscamente, simplesmente por participarem de movimentos políticos, contra o governo militar. Outros foram presos, torturados, humilhados e expulsos do nosso país. Coloquemo-nos, essencialmente, no lugar das famílias desses guerreiros, muitos naquele momento, jovens estudantes e intelectuais, que foram privadas da companhia, do amor, da vida de seus entes queridos. Temos a obrigação de lembrar desses corajosos cidadãos, que mesmo enfrentando o poder militar, não se intimidaram e lutaram até a morte, contra um golpe à democracia brasileira e aos brasileiros. Merecida se faz, a concessão de indenização às famílias privadas de seus filhos, filhas, irmãos, irmãs, pais, mães, que até hoje sentem a tristeza da saudade, mas se orgulham pela coragem, pela bravura, pelo heroísmo, tão necessários ontem e hoje, na vida de todos os brasileiros.

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005.
Ettore Labanca Deputado
Às 1ª , 2ª , 3ª e 10ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1045/2005

Ementa: Altera na Lei nº 12.833 de 09 de junho de 2005, a ementa , o caput do artigo 1º e incisos III e IX do artigo 1º e acrescenta no artigo 1º o inciso XII. Altera o caput do artigo 2º e do caput do artigo 3º . Altera o inciso I , II e Parágrafo único do artigo 4º. Inserir o artigo 9º, artigo 10º com inciso I, artigo 11º e artigo 12º .

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art.1º - A Ementa da Lei nº 12.833 de 09/06/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Ementa: Disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de Água Mineral e Purificada Adicionada de Sais, no Estado de Pernambuco e dá outras providências."

Art. 2º - O Caput do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:
" Art.1º. *É obrigatório que os estabelecimentos que envasem, industrializem e comercializem Águas Minerais e Purificada Adicionada de Sais em vasilhames plásticos retornáveis, no âmbito do Estado de Pernambuco, conforme normas definidas pelo Código de Águas Minerais – Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945 e na Resolução nº 309 de 16 de julho de 1999, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, obedeçam aos seguintes critérios:."*

Art. 3º - O inciso III do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:
Art. 1º.
"Inciso III -os vasilhames devem ser transparentes ou semi-transparentes, de modo a permitir a inspeção visual do conteúdo por parte do consumidor, conforme as normas da ABNT nº14.222, que dispõe sobre embalagem plástica para Águas Minerais e de Mesa"

Art. 4º - O inciso IX do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:
Art. 1º.
"Inciso IX -os vasilhames devem apresentar no fundo a data de fabricação e tempo de vida útil, que não poderá ultrapassar dois anos, bem como o nome da empresa responsável pela fabricação do mesmo."

Art. 5º - Acrescenta o inciso XII, no Artigo 1º:
Art. 1º.
"Inciso XII -Os garrações de dez e vinte litros, conforme ABNT nº 14.222, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral, de Mesa e Purificada Adicionada de Sais;o envasamento, distribuição e comercialização dos mesmos são de exclusividade das empresas de água mineral e purificada e adicionada de sais. Ficando assim, proibido o uso deste tipo de embalagem (garrafão plástico de dez e vinte litros) para qualquer outro fim, inclusive água potável e outras".

Art. 6º - O Caput do Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:
Art. 2º *-"As indústrias fabricantes de garrafão terão um ano após a data de publicação desta Lei para se adequarem as suas normas da ABNT nº 14.222, que dispõe sobre Embalagem Plástica para Água Mineral, de Mesa e Purificada Adicionada de Sais, passando a oferecer apenas garrações certificadas."*

Art. 7º - O Caput do Artigo 3º passa a ter a seguinte redação:
"Art.3º-As empresas distribuidoras terão (02) dois anos para substituição de todos os vasilhames em circulação no mercado, após a data de publicação dessa Lei para se adequarem a mesma."

Art. 8º - O inciso I do Artigo 4º passa a ter a seguinte redação:
Art. 4º.
"Inciso I -advertência, por escrito, da autoridade competente para o cumprimento da norma infringida, no prazo de sete dias, e na quarta ocorrência será cassado o alvará de funcionamento, sob a supervisão de técnico da empresa."

Art. 9º - O inciso II do Artigo 4º passa a ter a seguinte redação:
Art. 4º.
"Inciso II-não cumpridas as exigências no prazo previsto no inciso I deste artigo, as atividades da empresa serão suspensas por três dias úteis."

Art. 10º - O parágrafo único do Artigo 4º passa a ter a seguinte redação:
Art. 4º.
" Parágrafo único -Caso a infração seja de contaminação da água, a contra-prova deixada na empresa pela Vigilância Sanitária será analisada por laboratório credenciado pelo Estado.Caso haja divergência nos resultados dos exames, será feita uma nova coleta na empresa fiscalizada, até que a prova e contra-prova apontem para os mesmos resultados, só a partir daí será definido por interditar ou não a empresa fiscalizada."

Art. 11º - Inserir o Artigo 9º a Lei nº 12.833 de 09/06/2005:
" Art. 9º-As empresas de Água Mineral, de Mesa e Purificada Adicionada de Sais, ficam proibidas de receber, envasar, distribuir, e comercializar garrações não certificados, após dois anos apartir da publicação desta Lei."

Art. 12º - Inserir o Artigo 10º a Lei nº 12.833 de 09/06/2005:
" Art. 10º - *Não haverá proibição à comercialização e acondicionamento de água mineral em nenhum tipo de estabelecimento comercial, desde que o mesmo tenha um local apropriado para este fim, conforme os seguintes critérios."*

Art. 13º - Inserir o Inciso I ao Artigo 10º a Lei nº 12.833 de 09/06/2005:
" Art. 10º.
Inciso I - *Os garrações de 10 (dez) e 20 (vinte) litros, devem ser acondicionados em estrados com no mínimo 15 cm do chão e cobertos, para não haver incidência solar e fechado para evitar o contato com animais e insetos."*

Art. 14º - Inserir o Artigo 11º a Lei nº 12.833 de 09/06/2005:
"Art. 11º -Caso os vasilhames sejam transportados em veículos dotados de carrocerias abertas, devem ser acondicionados dentro da carroceria construída com material que respeite a pureza e a inalterabilidade do produto acondicionado, e revestida internamente com superfície higienizável, além do que devem ser exclusivamente utilizados para o transporte de água mineral, devendo ser mantidos em condições higiénicas condizentes com a função."

Art. 15º - Inserir o Artigo 12º a Lei nº 12.833 de 09/06/2005:
" Art. 12º-*A fiscalização de qualquer tipo de água engarrafada é de exclusividade da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual em conjunto ou isoladamente."*

Justificativa

A presente subemenda objetiva tornar o substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 574/2004, mais objetivo, claro e coercitivo, defendendo desta forma muito mais o consumidor de água mineral no Estado de Pernambuco, e discriminando com mais ênfase as penas a que estão sujeitos os infratores deste diploma legal

Sala das Reuniões, em 18 de agosto de 2005.
Bruno Rodrigues Deputado
Às 1ª , 2ª , 3ª , 6ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1046/2005

Ementa: Institui a disponibilização das informações relativas à execução orçamentária dos Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam os Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco obrigados a disponibilizar, através de meios eletrônicos de acesso público, em tempo real, as informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Para fins de controle e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, o Poder Executivo disponibilizará a cada membro do Poder Legislativo Estadual, a instalação em seus gabinetes, com senhas de acesso irrestrito, para consulta, do sistema de controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, atualmente denominado Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - Siafem, ou quaisquer outros sistemas utilizados para este fim que venha a substituí-lo.

§ 2º Para o acompanhamento, por parte da sociedade, das informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, será disponibilizado em linguagem acessível, através do endereço eletrônico oficial da Secretaria da Fazenda do Estado, as:

I - leis Orçamentárias Anuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual;

II -receitas arrecadadas, mensalmente no exercício financeiro em curso, com o respectivo detalhamento;

III - despesas realizadas pelas unidades gestoras, mensalmente no exercício financeiro em curso, sendo o mais detalhado possível, indo ao nível de subelemento da despesa, o bem fornecido ou o serviço prestado, o quantitativo adquirido, o credor, o valor total, a data de liquidação e de pagamento e, quando for o caso, o procedimento licitatório realizado;

IV - as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios do tribunal de Contas do Estado - TCE; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas desses documentos.

Artigo 2º. Fica estabelecido o prazo de 60 dias para o cumprimento das determinações contidas no artigo anterior.

Artigo 3º. O descumprimento do exposto nos artigos 1º e 2º, constitui infração político-administrativa, contra as leis das finanças públicas.

§ 1º Será responsabilizado o chefe do Poder que gerencia o Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - Siafem, ou o Sistema que venha a substituir, pelo não atendimento ao disposto nesta lei.

§ 2º A infração prevista no caput deste artigo é punida com multa de 35% dos vencimentos anuais do agente que der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

§ 3º A infração a que se refere este artigo será processada e julgada pelo Tribunal de Contas do Estado a que compete a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Artigo 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição dá aos membros do Poder Legislativo, em sua plenitude, a possibilidade de exercer uma de suas funções essenciais que é a fiscalização. A disponibilização de informações em linguagem simplificada vem também trazer aos parlamentares e cidadãos, dados de como estão sendo arrecadados e de como estão sendo aplicados os recursos nos diversos programas do Estado. É importante lembrar que desde 1998 Parlamentares desta Casa lutam para que se tenha acesso ao Siafem.

O Congresso Nacional, há muitos anos, fiscaliza, diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, a destinação dos recursos atendendo a uma prerrogativa sua - que é de fiscalizar. O Executivo Federal, por sua vez, cumpre o princípio constitucional da publicidade, princípio este, imprescindível no mundo moderno no qual o poder público tem que demonstrar a aplicação dos seus recursos de forma ampla para que o cidadão seja enfim respeitado. É com o desejo de que a nossa sociedade seja mais justa e transparente que nosso partido e nosso mandato tem participado de vários eventos onde a cidadania e a transparência tem sido o tema principal.

BASE LEGAL PARA O FORNECIMENTO DA SENHA DO SIAFEM OU O QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LO AOS DEPUTADOS
CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Artigo 5º, XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
Artigo 37 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
LEI COMPLEMENTAR 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal
Artigo 48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - 1989 DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Artigo 14 – Compete exclusivamente a Assembléia Legislativa:

I - ...
XX- fiscalizar a execução do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;

Artigo 29 – a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta e fundacional, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

§ 1º A fiscalização mencionada neste artigo incidirá sobre os aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

§ 2º É obrigatória a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2005
LEI 12.669/2004

Artigo 26 – Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, prestações de contas e aos respectivos pareceres prévios, ao relatório resumido da execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal e às versões simplificadas desses documentos.

§ 1º Para conferir e possibilitar a transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal, exigidas pelos art. 48 e 49, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo disponibilizará à Assembléia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Judiciário e ao Ministérios Público, senhas de acesso amplo, para fins de consulta, ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – Siaferm.

§ 2º Será assegurada também, mediante incentivo à participação popular a realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

REGIMENTO INTERNO
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Artigo 83 - À Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação compete opinar sobre:

a) projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais;
b) matéria tributária e financeira;
c) proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública;
d) fixação de subsídios e ajuda de custo dos Deputados e remuneração do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
e) prestação de contas do Governo, dos Tribunais de Justiça e de Contas, e dos que vierem a ser criados, das Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Fundações mantidas pelo Poder Público, dos interventores municipais, do Ministério Público e da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;
f) convênios que impliquem direta ou indiretamente em responsabilidade financeira para o Estado;
g) incentivos financeiros ou isenções fiscais;
h) fiscalizar a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.
§ 1º - Compete, exclusivamente, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisar e emitir parecer sobre projetos de plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, de lei orçamentária anual, de transferência de subvenção e aos processos de prestação de contas submetidos à Assembléia.
§ 2º - Compete, ainda, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, de acordo com os artigos 21, 1º , e 258, deste Regimento, elaborar os projetos de Resolução fixando os subsídios e ajuda de custo dos Deputados e a remuneração do Governador, Vice- Governador e Secretários de Estado”.

Sala das Reuniões, em 11 de maio de 2005.

João Fernando Coutinho
Deputado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

Projeto de Resolução Nº 1047/2005

Todo e qualquer assunto de sua economia intrena que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo

Ementa: Regulamenta o disposto no § 1º do 26 da Lei nº 12.669, de 30 de setembro de 2004, e dá outras providencias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º A senha de acesso amplo, para fins de consulta, ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, destinada à Assembléia Legislativa de Pernambuco, nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 12.669/2004, será disponibilizada para todos os membros deste poder.

Parágrafo único – A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco providenciará a instalação nos gabinetes dos deputados desta Casa do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O princípio constitucional da transparência exige dos gestores públicos que os atos da administração sejam publicizados. É fundamental que esta Casa corrija o equívoco que acontece desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual o Poder Legislativo tem se furtado do direito de cumprir melhor uma das suas principais funções constitucionais, a de fiscalizar.

O Brasil moderno exige instituições com gerenciamento e gerentes modernos. Para o novo modelo gerencial é fundamental a compreensão de que os recursos públicos pressupõem a transparência. O Congresso Nacional já disponibiliza aos seus deputados e senadores o acesso às contas públicas do governo federal através do Sistem Integrado de Administração Financeira – Siafi. Não há razão para Pernambuco não permitir esse acesso.

BASE LEGAL PARA O FORNECIMENTO DA SENHA DO SIAFEM OU O QUE VENHA A SUBSTITUI-LO AOS DEPUTADOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 5º, XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Artigo 37 – A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

LEI COMPLEMENTAR 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Artigo 48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - 1989
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Artigo 14 – Compete exclusivamente a Assembléia Legislativa:

I - ...
XX- fiscalizar a execução do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;

Artigo 29 – a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta e fundacional, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

§ 1º A fiscalização mencionada neste artigo incidirá sobre os aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

§ 2º É obrigatória a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2005
LEI 12.669/2004

Artigo 26 – Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, prestações de contas e aos respectivos pareceres prévios, ao relatório resumido da execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal e às versões simplificadas desses documentos.

§ 1º Para conferir e possibilitar a transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal, exigidas pelos art. 48 e 49, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo disponibilizará à Assembléia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Judiciário e ao Ministérios Público, senhas de acesso amplo, para fins de consulta, ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

§ 2º Será assegurada também, mediante incentivo à participação popular a realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

REGIMENTO INTERNO
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Artigo 83 - À Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação compete opinar sobre:

a) projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais;
b) matéria tributária e financeira;
c) proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública;
d) fixação de subsídios e ajuda de custo dos Deputados e remuneração do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
e) prestação de contas do Governo, dos Tribunais de Justiça e de Contas, e dos que vierem a ser criados, das Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Fundações mantidas pelo Poder Público, dos interventores municipais, do Ministério Público e da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa;
f) convênios que impliquem direta ou indiretamente em responsabilidade financeira para o Estado;
g) incentivos financeiros ou isenções fiscais;
h) fiscalizar a execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.
§ 1º - Compete, exclusivamente, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisar e emitir parecer sobre projetos de plano plurianual, de diretrizes orçamentárias, de lei orçamentária anual, de transferência de subvenção e aos processos de prestação de contas submetidos à Assembléia.
§ 2º - Compete, ainda, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, de acordo com os artigos 21, 1º , e 258, deste Regimento, elaborar os projetos de Resolução fixando os subsídios e ajuda de custo dos Deputados e a remuneração do Governador, Vice- Governador e Secretários de Estado”.

Sala das Reuniões, em 12 de maio de 2005.

Teresa Leitão
Deputada

Às 1ª , 2ª , 3ª Comissões e Mesa Diretora.

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 5265/2005

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer à Emenda n.º 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 768/2004
Origem: Poder Legislativo
Autoria: Deputado Bruno Rodrigues

Ementa: modifica a ementa e o caput do Artigo 1º e o Artigo 3º do Projeto de Lei Ordinária N.º 768/2004.

1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, a Emenda Modificativa N.º 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 768/2004, oriundo do Poder Legislativo, tendo como autor o Deputado Bruno Rodrigues.

A emenda parlamentar objetiva aperfeiçoar a matéria original especificando com maior precisão os eventos, locais e responsáveis pela disponibilização de desfibriladores para atendimento de emergências cardíacas.

2. Parecer do Relator

A Emenda acrescenta qualidade ao projeto original, justificando assim a sua apresentação, motivo pelo qual opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação à Emenda Modificativa N.º 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 768/2004.

Marcantônio Dourado
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que a Emenda Modificativa N.º 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 768/2004 está em condições de ser aprovada.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 23 de agosto de 2005.

Presidente: Sebastião Rufino.
Relator : Marcantônio Dourado.
Favoráveis os (6) deputados: Adeldo Duarte, Antônio Moraes, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Roberto Leandro, Sílvio Costa.

Parecer Nº 5266/2005

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.030/2004
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá outras providências.

1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005, oriundo do Poder Executivo. É encaminhado através da Mensagem Nº 097/2005, datada de 15 de agosto de 2005, assinada pelo Exmo. Governador do Estado de Pernambuco Jarbas de Andrade Vasconcelos o qual solicitou urgência na tramitação, valendo-se do art. 21 da Constituição Estadual.

A proposição em apreciação pretende abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, no valor de R\$ 12.622.457,00 (doze milhões, seiscentos e vinte dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), em favor da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO e da SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL.

Segundo o texto da mensagem governamental “a solicitação em apreço objetiva”:
“Na PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Criar na programação anual de trabalho do Órgão, relativa ao exercicio de 2005, o Projeto “Informatização da Procuradoria Geral do Estado”, com a finalidade de dar suporte a despesas com aquisição da Solução Sistema de Automação Jurídica (SAJ);

Na SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Promover adequação da classificação funcional da atividade “Assistência à Saúde e Nutrição da População Carcerária”, relativa ao exercicio de 2005, que passa a enquadrar-se na Função “Saúde”, que melhor reflete a natureza e a destinação das ações implementadas através daquela atividade.”

Os recursos necessários à realização das despesas previstas aparecem discriminados no art. 2º do projeto com a seguinte disposição na classificação orçamentária:

RECURSOS DO TESOURO R\$ 1,00			
	29000 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO		
	29030 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta		
Op.Especial:	29030.288410197.0781 - Serviços da Dívida Pública Interna Refinanciada	1.360.895	
	3.2.90.00 - FNT 0101 - Juros e Encargos da Dívida	1.360.895	
	39000 - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL		
	39010 - Secretaria de Defesa Social - Administração Direta		
Atividade:	39010.061280171.0334 - Formação de Profissionais da Segurança e Defesa Social	761.562	
	3.3.90.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	761.562	
Atividade:	39010.143010242.1231 - Assist. e Atenção à Saúde e Nutrição da População Carcerária	10.500.000	
	3.3.90.00 - FNT 0101 - Outras Despesas Correntes	10.500.000	
TOTAL		12.622.457	

2. Parecer do Relator

A proposição atende ao que dispõe os artigos 19, §1º, I e 37, III da Constituição Estadual, uma vez que se encontra na esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

São igualmente satisfeitas as exigências atinentes à legislação orçamentária especialmente os artigos 42, 43 e 46 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, mediante a apresentação de exposição justificativa e a indicação de existência de recursos disponíveis para a ocorrência da despesa.

Fundamentado no exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005, de autoria do Governador do Estado

Antônio Moraes <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 23 de agosto de 2005.
Presidente: Sebastião Rufino. Relator : Antônio Moraes. Favoráveis os (6) deputados: Adelmo Duarte, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Marcantônio Dourado, Roberto Leandro, Sílvio Costa.

Parecer Nº 5267/2005

Comissão de Administração Pública
Emenda Modificativa Nº 1/2005, de autoria do Deputado Geraldo Coelho, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 623/2004, de Autoria: do Deputado Lourival Simões

EMENTA: A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE DENOMINA O DISTRITO INDUSTRIAL DE PETROLINA DE "DISTRITO INDUSTRIAL PAULO DE SOUZA COELHO", RECEBEU EMENDA MODIFICATIVA, QUE ALTERA A REDAÇÃO DA EMENTA E DO ART. 1º, COM O FITO DE DENOMINAR O DISTRITO INDUSTRIAL DE PETROLINA DE "DISTRIDO INDUSTRIAL PAULO COELHO". NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Emenda Modificativa Nº 01/2005, de autoria do Deputado Geraldo Coelho, ao Projeto de Lei Nº 623/2004, de autoria do Deputado Lourival Simões, para análise e emissão de parecer;

1.2- Trata-se de proposição que busca modificar a redação da Ementa e do art. 1º, do Projeto de Lei Ordinária nº 623/2004;

1.3- O projeto de Lei ora modificado, quando da sua apreciação no âmbito desta Comissão Técnica, recebeu parecer favorável.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva modificar a Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 623/2004, que denomina o Distrito Industrial de Petrolina de "Distrito Industrial Paulo de Souza Coelho";

2.2- Desta forma, fica estabelecida a nova redação da Ementa do referido Projeto de Lei, *in verbis*: "Denomina o Distrito Industrial de Petrolina de **Distrito Industrial Paulo Coelho**";

2.3- O art. 1º do Projeto de Lei supra, passa a vigorar com o seguinte teor: "Art. 1º. O Distrito Industrial de Petrolina passa a denominar-se Distrito Industrial Paulo Coelho";

2.4- Esta relatoria entende que a presente Emenda Modificativa está em condições de ser aprovada por este colegiado, tendo em vista, sua finalidade de melhor adequar o texto original do Projeto de Lei, e ainda, encontrar-se em consonância com a legislação em vigor.

Betinho Gomes <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovada a Emenda Modificativa Nº 01/2005, apresentada pelo Deputado Osvaldo Coelho ao Projeto de Lei Ordinária nº 623/2004, de autoria do Deputado Lourival Simões.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Betinho Gomes. Favoráveis os (2) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz.

Parecer Nº 5268/2005

Comissão de Administração Pública
Emenda Modificativa Nº 1/2005, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 768/2004, Ambos de autoria do Deputado Bruno Rodrigues.

EMENTA: A PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE TORNA OBRIGATÓRIO EM TODO O ESTADO DE PERNAMBUCO, O USO, EM LOCAL DE FÁCIL MANIPULAÇÃO DE UM DESFRIBILADOR EXTERNO NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL, GINÁSIOS DE ESPORTES, ACADEMIAS DE EXERCÍCIOS FÍSICOS E EM CASAS DE ESPETÁCULOS QUE REALIZEM GRANDES EVENTOS, RECEBEU EMENDA MODIFICATIVA QUE VISA ALTERAR A REDAÇÃO DA EMENTA, DO CAPUT DO ART. 1º, E DO ART. 3º, DO PROJETO DE LEI EM REFERÊNCIA. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública a Emenda Modificativa Nº 01/2005, ao Projeto de Lei Nº 768/2004, ambos de autoria do Deputado Bruno Rodrigues, para análise e emissão de parecer;

1.2- Trata-se de proposição que busca modificar a redação da Ementa do caput do art. 1º e do art. 3º do Projeto de Lei Ordinária nº 768/2004;

1.3- O Projeto de ora modificado, quando da sua apreciação no âmbito desta Comissão Técnica, recebeu parecer favorável.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa modificar a Ementa, o caput do art. 1º e o art. 3º do Projeto de Lei Ordinária nº 768/2004, que trata do uso

obrigatório em todo o Estado de Pernambuco de um desfibrilador externo;

2.2- Desta forma, fica estabelecida a nova redação da Ementa do referido Projeto de Lei, *in verbis*: "tornar obrigatório em todo o Estado de Pernambuco, o uso, em local de fácil manipulação de um desfibrilador externo nos estádios de futebol dos clubes profissionais que disputam a série A-1 do campeonato estadual, ginásio de esportes, academias de exercícios físicos e em casas de espetáculos que realizem grandes eventos.";

2.3- Entendemos que, as modificações no caput do art 1º e art. 3º do Projeto de Lei supra, objetiva adequar melhor o texto da proposição original à realidade econômica dos participantes de séries menores do Campeonato Pernambucano, que não auferem renda suficiente para custeio das despesas com a aquisição e manutenção de um desfibrilador externo;

2.4- Esta relatoria entende que a presente Emenda Modificativa merece ser aprovada por este Colegiado, uma vez que atende ao interesse público, e encontra-se em consonância com a legislação em vigor.

Betinho Gomes <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovada a Emenda Modificativa nº 01/2005, ao Projeto de Lei Ordinária nº 768/2004, ambos de autoria do Deputado Bruno Rodrigues.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Betinho Gomes. Favoráveis os (2) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz.

Parecer Nº 5269/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.001/2005
Autoria: Deputada Dilma Lins

EMENTA: A PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 12.121, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NOS ESTABELECIMENTOS HOSPITAIRES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE MANTEREM NOS ESTOQUES DE SUAS FARMÁCIAS, O MEDICAMENTO DANTROLENE SÓDICO. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.001/2005, de autoria da Deputada Dilma Lins, para análise e emissão de parecer;

1.2- trata-se de proposição que busca alterar a Lei nº 12.121, de 03 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade nos estabelecimentos hospitalares do Estado de Pernambuco, de manterem nos estoques de suas farmácias, o medicamento Dantrolene Sódico.

2. Parecer da Relatora

2.1- A presente propositura visa introduzir dispositivo na Lei nº 12.121, de 03 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade nos estabelecimentos hospitalares do Estado de Pernambuco, de manterem nos estoques de suas farmácias, o medicamento Dantrolene Sódico;

2.2- O aludido Projeto acrescenta à Lei supra, onde couber, artigo com a seguinte redação: " Os estabelecimentos hospitalares que não cumprimem o estabelecido no artigo 1º desta Lei, incorrerão em multas pecuniárias, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a 50.000,00 (cinquenta mil reais), variando de acordo com o seu porte;

2.3- Esta relatoria entende que o Projeto de Lei em epígrafe merece ser aprovado, uma vez que evidencia o interesse público, buscando garantir aos pacientes o direito ao medicamento Dantrolene Sódico, através dos hospitais, preservando a portanto, a saúde dos pacientes.

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, estamos em que o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.001/2005, de autoria da Deputada Dilma Lins, seja aprovado por este Colegiado Técnico.

Aurora Cristina <div>Deputada</div>
Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.

Presidente: José Queiroz.
Relator : Aurora Cristina.
Favoráveis os (2) deputados: Betinho Gomes, José Queiroz.

Parecer Nº 5270/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2005
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: A PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI/TRANSPORTE, NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.
--

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2005, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 086/2005;

1.2 - Trata-se de proposição que cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI/Transporte, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco e dá outras providências;

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa criar, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER – PE, a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI/Transporte.

2.2 – A JARI/Transporte, ora criada, terá competência para:
“I – Julgar os recursos interpostos pelos infratores ao Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte de Passageiros; II – Solicitar ao DER – PE informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação ocorrida; III – encaminha ao DER – PE informações sobre problemasrelacionados aos serviços de transporte observados nas atuações e apontados nos recursos; e IV – zelar pelo fiel cumprimento das normas de trânsito e transporte.”

2.3 – A criação da JARI/Transporte, ora proposta, visa dotar o Estado de Pernambuco do órgão competente para julgar os recursos apresentados pelos usuários dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte de Passageiros contra as atuações de infrações ao Regulamento dos Serviços Rodoviários Intermunicipais de Transporte de Passageiros.

2.4 – Tal órgão deve existir para garantir a análise dos recursos, e assim, efetivamente, dar cumprimento a regra constitucional que assegura a todos o direito de ampla defesa em processos administrativos.

2.5 – Desta forma, o presente Projeto de Lei deve ser aprovado por este colegiado, uma vez que atende ao interesse público com a criação de órgão que irá garantir o exercício do direito de ampla defesa, prescrito no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.

Betinho Gomes <div>Deputado</div>
3. Conclusão

Ante ao exposto, estamos em que o Projeto de Lei Ordinária nº 1015/2005, de autoria do Poder Executivo, seja aprovado por este Colegiado Técnico.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Betinho Gomes. Favoráveis os (2) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz.

Parecer Nº 5271/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.021/2005
Autor: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDO O TRÂMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.021/2005, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 088 de 08 de agosto de 2005, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição trata de matéria que busca autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá outras providências;

1.3 - A matéria encontra-se tramitando nesta Casa legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura busca autorização legislativa, a fim de efetuar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, em favor de **diversos Órgãos Estaduais**, no valor de **R\$ 46.720.367,00 (quarenta e seis milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e sessenta e sete reais)**;

2.2- A abertura de crédito em apreço tem como escopo reforçar dotações orçamentárias insuficientes para cobrir despesas operacionais do Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE, da Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART e da Secretaria de Educação e Cultura;

2.3- Ressalta-se, que os recursos necessários à realização das despesas previstas no art. 1º do Projeto de Lei acima referendado, serão os provenientes de anulação de dotações orçamentárias, constantes no orçamento em vigor, de convênio não previsto para o exercício de 2005, abrangido pela autorização contida no art. 35 da Lei nº 12.669/2004, e do excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro e de Receitas Próprias do Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

2.4- Esta relatoria entende que o Projeto de Lei em epígrafe merece ser aprovado, uma vez que se encontra em consonância com os preceitos da legislação em vigor, e normatiza a efetivação que rege a Administração Pública.

Aurora Cristina <div>Deputada</div>
3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.021/2005, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Aurora Cristina. Favoráveis os (2) deputados: Betinho Gomes, José Queiroz.

Parecer Nº 5272/2005

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005
Autor: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDO O TRÂMITE REGIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Recife, 25 de agosto de 2005

1.1- Vem a esta Comissão Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 097 de 15 de agosto de 2005, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição trata de matéria que busca autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, e dá outras providências;

1.3 - A matéria encontra-se tramitando nesta Casa legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva adquirir autorização deste Poder Legislativo, a fim de realizar abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, no valor de **R\$ 12.622.457,00 (Doze milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais)**, em favor da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** e da **SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**;

2.2- Em relação à abertura de crédito em favor da Procuradoria Geral do Estado, a solicitação em apreço objetiva criar na programação anual de trabalho do Órgão, relativa ao exercício de 2005, o Projeto "Informatização da Procuradoria Geral do Estado", com a finalidade de dar suporte a despesas com aquisição da Solução Sistema de Automação Jurídica (SAJ);

2.3- No que se diz respeito à Secretaria de Defesa Social, a referida abertura de crédito visa promover adequação da classificação funcional da atividade "Assistência à Saúde e Nutrição da População Carcerária", relativa ao exercício de 2005, que passa a enquadrar-se na Função “Saúde”, que melhor reflete a natureza e a destinação das ações implementadas através daquela atividade;

2.4- Ressalta-se, que os recursos necessários à realização das despesas previstas no art. 1º do Projeto de Lei acima referendado, serão os provenientes de anulação de dotações orçamentárias, constantes no orçamento em vigor, na forma do disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

2.5- Esta relatoria entende que o Projeto de Lei em epígrafe merece ser aprovado, uma vez que se encontra em consonância com os preceitos da legislação em vigor, e normatiza a efetivação que rege a Administração Pública.

Betinho Gomes <div>Deputado</div>
3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1.030/2005, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 24 de agosto de 2005.
Presidente: José Queiroz. Relator : Betinho Gomes. Favoráveis os (2) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz.

Parecer Nº 5273/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1010/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica, e dá outras providências.
--

Art.1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, com encargo, ao Município do Recife, imóvel integrante de sua propriedade, constituído de 04 (quatro) áreas que totalizam 23.470,97m² (vinte e três mil quatrocentos e setenta vírgula noventa e sete metros quadrados), conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único. A doação prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à operacionalização e manutenção do Sistema Viário de Acesso ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, sob pena de resolução da doação do imóvel, caso lhe seja dado destinação diversa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO
Memorial Descritivo
1.1. Memorial Descritivo das 04 (quatro) Áreas
1.1.1.Memorial Descritivo - ÁREA I (Viaduto Sul)

Refere-se o presente Memorial Descritivo à poligonal da área 01 com 12.963,49m2, localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, em frente ao estacionamento sul do antigo Aeroporto do Recife. Esta é constituída por 11 (onze) vértices numerados de 1 (um) a 11 (onze), estando o vértice 1 (um) na entrada da Rua 10 de Julho, sobre a nova pista da Avenida Mascarenhas de Moraes.

Descrição do Caminhamento

Partindo do vértice M-1 de coordenadas topográficas N = 9.100.394,1100 E = 288.875,0130, segue com uma distância de 12,49m até o vértice M-2 de coordenadas topográficas N = 9.100.392,0540 E=288.887,3300, localizado na entrada da Rua 10 de Julho, na esquina com o posto Texaco. Deste, segue com uma distância de 55,76m até o vértice M-3 de coordenadas topográficas N=9.100.336,9913 E=288.878,5591, localizado na extremidade da mureta lateral direita da Cagulinha Motors, segue com uma curva de raio de 107,50m e desenvolvimento de 74,70m até o vértice M-4 de coordenadas topográficas N=9.100.265,3015 E=288.892,4056, localizado na calçada do terreno pertencente a Etemit S/A. Daí segue com uma distância de 53,59m até o vértice M-5 de coordenadas topográficas N=9.100.219,3138 E=288.919,9221, localizado no alinhamento do muro esquerdo da antiga Central de Telecomunicações TELEMAR. Deste, segue com uma curva de raio de 67,90m e desenvolvimento de 55,24m até o vértice M-6 de coordenadas topográficas N=9.100.165,6121 E=288.921,5560, localizado na calçada da fábrica de plásticos Alberto S/A no alinhamento da parede esquerda de seu escritório. Daí segue com uma distância de 40,18m até o vértice M-7 de coordenadas topográficas N=9.100.134,2850 E=288.896,3930, localizado na calçada do terreno da antiga Gategourmet. Deste segue com uma curva de raio de 67,90m e desenvolvimento de 25,62m até o vértice M-8 de coordenadas topográficas N=9.100.124,2501 E=288.872,9888, localizado ainda na calçada do terreno da antiga Gategourmet, seguindo até o vértice M-9 de coordenadas topográficas N=9.100.089,2911 E=288.837,0858, com uma curva de raio de 47,50m e desenvolvimento de 52,79m. Deste segue com uma distância de 63,84m até o vértice M-10 de coordenadas topográficas

N=9.100.027,3294 E=288.821,7206, daí seguindo com uma distância de 24,23m até o vértice M-11 de coordenadas topográficas N=9.100.004,3660 E=288.814,0040. Deste, fecha no ponto de partida M-1 com uma distância de 394,49m, confrontando com a Avenida Mascarenhas de Moraes, onde encerra a descrição do perímetro.

1.1.2. Memorial Descritivo - ÁREA II (Viaduto Norte)

Refere-se o presente Memorial Descritivo à poligonal da área 02, com 9.500,36m2, localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, em frente ao Edifício Garagem do Novo Aeroporto de Recife. Esta é constituída por 12 (doze) vértices, numerados de 1 (um) a 12 (doze), estando o vértice 1 (um) localizado na Avenida Mascarenhas de Moraes, em frente ao prédio comercial da Ceimar.

Descrição do Caminhamento

Partindo do vértice M-1 de coordenadas topográficas N = 9.100.949,6510 E = 288.966,8070, segue com distância de 7,92m até o vértice M-2 de coordenadas topográficas N=9.100.948,3300 E=288.974,6160, localizado na calçada, próximo a extremidade da parede esquerda da Ceimar. Deste, segue com uma curva de raio 22,50m e desenvolvimento de 11,24m até o vértice M-3 de coordenadas topográficas N=9.100.937,2450 E=288.975,5310, localizado na calçada, próximo a entrada da Rua do Meio. Do vértice M-3, segue com distância de 102,12m até o vértice M-4 de coordenadas topográficas N=9.100.840,7073 E=289.008,8177, localizado na calçada próxima a linha férrea. Daí segue com um raio de 42,50m e desenvolvimento de 16,43m até o vértice M-5 de coordenadas topográficas N=9.100.826,5808 E=289.017,0066, localizado na calçada da entrada da futura Rua da Linha. Deste, segue com distância de 9,67m até o vértice M-6 de coordenadas topográficas N=9.100.819,3050 E=289.023,3710, localizado ainda na entrada da futura Rua da Linha. Daí segue com distância de 13,21m até o vértice M-7 de coordenadas topográficas N=9.100.810,5660 E=289.013,4660, localizado ainda na entrada da futura rua da Linha. Deste, segue com uma curva de raio 7,50m e desenvolvimento de 11,40m até o vértice M-8 de coordenadas topográficas N=9.100.808,5460 E=289.003,3210, localizado na calçada, próximo a edificação nº 149C. Deste, segue com distância de 72,48m até o vértice M-9 de coordenadas topográficas N=9.100.750,0584 E=288.960,5136, localizado na calçada em frente ao terreno remanesceste próximo ao restaurante Talismã. Daí continua seguindo pela calçada com uma curva de raio 177,50m e desenvolvimento de 89,38m até o vértice M-10 de coordenadas topográficas N=9.100.666,3077 E=288.932,4014, localizado na calçada em frente ao posto Shell. Deste, seguindo com uma distância de 2,78m até o vértice M-11 de coordenadas topográficas N=9.100.663,5410 E=288.932,1830. Deste, segue com uma curva de raio 78,00m e desenvolvimento de 45,65m até o vértice M-12 de coordenadas topográficas N=9.100.708,1760 E=288.926,4780, localizado na avenida. Deste, fecha no ponto de partida M-1 com uma distância de 244,82m, confrontando com a Avenida Mascarenhas de Moraes, onde encerra a descrição do perímetro.

1.1.3. Memorial Descritivo - ÁREA III

Refere-se o presente Memorial Descritivo à poligonal da Área 03, com 300,38m2, localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, entre a antiga Avenida Recife e a linha ferroviária do Ramal de Werneck. Esta é constituída por 6 (seis) vértices, numerados de 1 (um) a 6 (seis), estando o vértice 1 (um) localizado sobre o meio fio da Avenida Mascarenhas de Moraes, no alinhamento do muro da CBTU.

Descrição do Caminhamento

Partindo do vértice M-1 de coordenadas topográficas N = 9.100.952,9754 E = 288.931,8190, segue com uma distância de 79,52m até o vértice M-2 de coordenadas topográficas N=9.101.031,3982 E=288.944,9622, localizado no meio fio da saída do TECA em frente ao imóvel comercial denominado Tok Final. Deste segue com uma distância de 2,30m até o vértice M-3 de coordenadas topográficas N=9.101.033,6460 E=288.944,4760, localizado no mesmo alinhamento; seguindo com uma distância de 4,78m até o vértice M-4 de coordenadas topográficas N=9.101.037,8228 E=288.942,1418, localizado mureta lateral da Tok Final. Daí segue com uma distância de 3,41m até o vértice M-5 de coordenadas topográficas N =9.100.034,4250 E=288.941,8960, continuando no mesmo alinhamento do vértice anterior seguindo com uma distância de 78,83m até o vértice M-6 de coordenadas topográficas N=9.100.956,7391 E=288.928,5262, localizado no encontro do muro da CBTU com o muro do prédio da EMASE. Deste fecha no ponto M-1 com uma distância de 5,00m, confrontando com a Avenida Mascarenhas de Moraes, onde encerra a descrição do perímetro.

1.1.4. Memorial Descritivo - ÁREA IV

Refere-se o presente Memorial Descritivo à poligonal de ÁREA 04, com 706,75m2, localizada no novo acesso ao Terminal de Cargas da Infraero (antiga Avenida Recife). Esta é constituída por 10 (dez) vértices, numerados de 1 (um) a 10 (dez), estando o vértice 1 (um) localizado sobre a calçada localizado em frente ao terreno da EMASE onde funciona a Clube Car Brasil.

Descrição do Encaminhamento

Partindo do vértice M-1 de coordenadas topográficas N = 9.101.169,0160 E = 288.768,8060, segue com uma curva de raio 8,00m e desenvolvimento de 12,79m até o vértice M-2 de coordenadas topográficas N=9.101.167,2017 E=288.757,4772, localizado na calçada do terreno da EMASE onde funciona a Clube Car. Deste, segue com distância de 35,05m até o vértice M-3 de coordenadas topográficas N=9.101.138,5257 E=288.737,3310, localizado na faixa de domínio da RFFSA. Este segue com uma curva de raio 8,00m e desenvolvimento de 10,66m até o vértice M-4 de coordenadas topográficas N=9.101.128,6497 E=288.737,8644, localizado na faixa de domínio da RFFSA. Deste segue com distância de 2,00m até o vértice M-5 de coordenadas topográficas N=9.101.127,3300 E=288.736,3610, localizado no muro da faixa de domínio da RFFSA LD, que segue acompanhando o alinhamento do muro direito da RFFSA com azimute 180o e distância 26,27m até o vértice M-6 de coordenadas topográficas N=9.101.147,0730 E=288.719,0330. Deste, segue com uma distância de 2,00m até o vértice M-7 de coordenadas topográficas N=9.101.148,3928 E=288.720,5361, localizado na faixa de domínio da RFFSA. Seguindo com uma curva de raio 6,00m e desenvolvimento de 10,85m até o vértice M-8 de coordenadas topográficas N=9.101.148,9015 E=288.729,9550, localizado na faixa de domínio da RFFSA. Deste segue com uma distância de 35,82m até o vértice M-9 de coordenadas topográficas N= 9.101.178,2153 E=288.750,5494, localizado na calçada do terreno remanescente da EMASE. Deste segue com uma curva de raio 8,00m e desenvolvimento de 12,50m até o vértice M-10 de coordenadas topográficas N=9.101.189,3208 E=288.748,6579, localizado na calçada do terreno pertencente à Aeronáutica na antiga Avenida Recife. Deste fecha no vértice M-1 com uma distância de 28,60m, confrontando com a antiga Avenida Recife, onde encerra a descrição do perímetro.

NOTA: As coordenadas, supracitadas, foram calculadas a partir de vértices com coordenadas no sistema UTM, portanto, os valores das coordenadas são semelhantes a UTM, mas o cálculo foi feito no plano topográfico.

Jacilda Urquisa Deputada
Sala da Comissão de Redação de Leis, em 24 de agosto de 2005.

Presidente: Claudiano Martins.
Relator : Jacilda Urquisa.

Favoráveis os (2) deputados: Ana Rodovalho, Sebastião Rufino.

Proposta de Emenda

Proposta de Emenda à Constituição Nº 20/2005

Ementa: Dispõe sobre alteração no art. 61 da Constituição do Estado de Pernambuco.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:
Art. 1º A letra “a” do inciso I do Art. 61 da Constituição do Estado de Pernambuco passa a vigorar com a seguinte redação: <p><i>“Art. 61 I -</i></p> <p><i>a) O Vice-Governador, os Secretários de Estado, os Prefeitos, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, o Procurador Geral do Estado, o Defensor Público Geral, o Chefe Geral da Polícia Civil, o Comandante Geral da Polícia Militar; o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça da União”.</i></p>
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa
A presente Proposta de Emenda Constitucional visa adequar a nossa Constituição a uma realidade que busca o fortalecimento das instituições, por meio da concessão de Foro Especial. Com a atual iniciativa pretendemos ampliar o princípio já previsto no Art. 61 da Constituição do Estado de Pernambuco para os cargos de comandantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, de Chefe da Polícia Civil e de Defensor Público Geral.

A modificação constitucional justifica-se considerando os seguintes aspectos: o princípio já era garantido aos cargos de Comandantes do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e ao de Chefe da Polícia Civil antes da criação da Secretaria de Defesa Social (SDS). Entretanto, tal reforma administrativa não implicou subtração das funções nos cargos mencionados, ou seja, os ocupantes continuaram com as mesmas atribuições, mas tiveram o princípio retirado, o que não deixa de representar um enfraquecimento das instituições.

A aprovação desta Proposta de Emenda vem ao encontro, também, do que é observado em outras Constituições Estaduais, a exemplo da Constituição do Estado de São Paulo, e significa um esforço no sentido de atualizar a nossa.

Ao mesmo tempo, a Constituição precisa se adequar à nova realidade vivenciada pela Defensoria Pública do Estado, que teve sua autonomia garantida recentemente. Com a ampliação do princípio para o Defensor Público Geral, acreditamos que fazemos justiça a mais essa instituição e adequamos a Constituição Estadual à estrutura que ora se apresenta.

A partir dessas observações, temos convicção do quanto a presente proposta é oportuna e que pode representar um significativo avanço para as relações institucionais do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 24 de agosto de 2005.
Romário Dias Deputado
Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Ceça Ribeiro, Claudiano Martins, Dilma Lins, Elias Lira, Ettore Labanca, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantonio Dourado, Mavial Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa, Soldado Moisés.

À 1ª Comissão.

Indicações

Indicação Nº 4484/2005

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o Plenário e obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao presidente da Compesa, Sr. Luiz Gonzaga Perazzo, no sentido de autorizar a implantação da rede de distribuição de água no **Povoado de LAJE GRANDE**, distrito de Alagoinha.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Prefeito de Alagoinha, Sr. Eraldo Paes da Silva; ao Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha; ao Vereador Clóvis Martins, na Câmara Municipal de Alagoinha; ao ex-vereador Francisco de Assis Silva na Trav. Padre João Ribeiro, 04 - Centro - Alagoinha/PE, CEP 55260-000; ao ex-vereador Germano Galindo no Escritório da Compesa de Alagoinha; ao Chefe do Elo/Pesqueira, Sr. Erasmo José da Silva na Rua Otávio Bezerra do Rego Barros, 289 - 1º andar - Centro - Pesqueira/PE.

Justificativa
A presente propositura visa atender às solicitações da comunidade do Povoado LAJE GRANDE , a qual vem reclamando providências das autoridades no sentido de implantar a rede de distribuição de água na referida comunidade.
Trata-se de um povoado onde residem centenas de pessoas, as quais necessitam se beneficiar do fornecimento regular de água pela Compesa. Por isso, solicito a aprovação desta Indicação no Plenário da Casa de Joaquim Nabuco para que sejam requisitadas as devidas providências às autoridades competentes.
Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005.
Roberto Liberato Deputado

Indicação Nº 4485/2005

Indicamos à Mesa, depois de ouvido o Plenário e obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Presidente da Compesa, Sr. Luiz Gonzaga Perazzo, no sentido de autorizar a complementação da rede de distribuição de água da cidade de Alagoinha.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Prefeito de Alagoinha, Sr. Eraldo Paes da Silva; ao Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha; ao Vereador Clóvis Martins, na Câmara Municipal de Alagoinha; ao ex-Vereador Francisco de Assis Silva, na Trav. Padre João Ribeiro, 04 - Centro - Alagoinha/PE, CEP 55260-000, ao Chefe do Elo/Pesqueira, Sr. Erasmo José da Silva na Rua Otávio Bezerra do Rego Barros, 289 - 1º andar - Centro -Pesqueira/PE.

Justificativa
A presente Indicação visa solicitar à Compesa as providências necessárias, no sentido de complementar a rede de distribuição de água do município de Alagoinha. Para tal, faz-se necessária a aquisição de 2600 metros de cano de 60 milímetros para a referida complementação, o que vai beneficiar a população da referida cidade.
Diante do exposto, solicito a aprovação desta Casa Legislativa para a presente proposição.
Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005.
Roberto Liberato Deputado

Indicação Nº 4486/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Mozart Neves Ramos, no sentido de incluir ainda para o 2º semestre do exercício de 2005, no Projeto: Expansão e Melhoria da Rede Escolar, o município de Manari.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito do município de Manari, Sr. Otaviano Ferreira Martins, Rua Antônio Vieira nº 39 – Centro – CEP: 56565-000 – Manari – PE.

Justificativa
A proposição em pauta visa expandir e melhorar a Rede Estadual de Ensino, do município de Manari, cuja atual situação deixa muito a desejar. A referida ação será de extrema importância para que o alunado do município acima citado, venha a ser contemplado com um ensino básico de melhor qualidade, proporcionando-lhe uma condição mais adequada, para a sua formação educacional. Por assim ser, é que estamos nos dirigindo as autoridades governamentais acreditando no atendimento desta proposição, haja vista a sua filosofia de elevar o padrão educacional, da sua Rede Estadual de Ensino.
Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa, a melhor das acolhidas a esta propositura, condição para que venha a ser viabilizada pelo Executivo.
Sala das Reuniões, em 15 de agosto de 2005.
Dilma Lins Deputada

Indicação Nº 4487/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Mozart Neves Ramos, no sentido de incluir ainda para o 2º semestre do exercício de 2005, no Projeto: Expansão e Melhoria da Rede Escolar, o município de Belém do São Francisco.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito do município de Belém do São Francisco, Sr. Helionaldo Lustosa de Carvalho, na Av. Cel. Caribe – s/n – Centro – CEP: 56444-000, Belém do São Francisco – PE.

Justificativa
A proposição em pauta visa expandir e melhorar a Rede Estadual de Ensino, do município de Belém do São Francisco, cuja atual situação deixa muito a desejar. A referida ação será de extrema importância para que o alunado do município acima citado, venha a ser contemplado com um ensino básico de melhor qualidade, proporcionando-lhe uma condição mais adequada, para a sua formação educacional. Por assim ser, é que estamos nos dirigindo as autoridades governamentais acreditando no atendimento desta proposição, haja vista a sua filosofia de elevar o padrão educacional, da sua Rede Estadual de Ensino.
Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa, a melhor das acolhidas a esta propositura, condição para que venha a ser viabilizada pelo Executivo.
Sala das Reuniões, em 15 de agosto de 2005.
Dilma Lins Deputada

Indicação Nº 4488/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos e ao Exmo. Sr. Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania Dra. Lígia Leite no sentido de incluir o município de Capoeiras, no Programa Mutirão da Cidadania - Menino de Engenho, ainda no 2º semestre do exercício de 2005.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito do município de Capoeiras, Sr. Maurílio Tenório de Souza, na Av. 31 de Março nº 74, CEP: 55365-000 – Capoeiras – PE.

Justificativa
A proposição em pauta, tem como objetivo levar aos municípios do interior do Estado, algumas ações direcionadas aos seus habitantes, inserindo-os no Programa Mutirão da Cidadania – Menino de Engenho. O Programa Mutirão da Cidadania – Menino de Engenho, já há alguns anos, vem sendo desenvolvido pelo Governo do Estado e seu sucesso é indiscutível, pelas características que o cercam. Os seus coordenadores e agentes de deslocam aos municípios do interior, onde além de providenciar os documentos necessários para aquelas pessoas que os procuram visando obter informações pertinentes ao seu exercício de cidadania.
Assim sendo, é que tomamos a iniciativa de nos dirigimos as autoridades governamentais para que incluam no referido programa o município de Capoeiras. Com isto os seus habitantes não teriam que deslocar a outros municípios onde o programa já foi implantado.
Ante o exposto, é vimos solicitar de nossos ilustres pares nesta Casa, a necessária acolhida da proposição em pauta, visando o seu atendimento junto ao Executivo.
Sala das Reuniões, em 17 de agosto de 2005.
Dilma Lins Deputada

Indicação Nº 4489/2005

Indico à Mesa, ouvido o Plenário e cumprido as formalidades regimentais, seja formulado um veemente apelo ao secretário de Defesa Social, engenheiro João Braga, no sentido de intensificar o policiamento ostensivo no município de Goiana, em razão dos constantes assaltos e assassinatos, com abrangência nos distritos de Tejucupapo e Pontas de Pedra.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor da presente proposição dela dê-se conhecimento ao prefeito de Goiana, senhor Roberto Gadelha, assim como ao presidente da Câmara municipal e demais membros daquele agosto colegiado.

Justificativa
A presente proposição se justifica pelo fato dos habitantes de Goiana, que já não suportam os constantes assaltos, muitos deles com vítimas fatais, prescindirem de policiamento ostensivo com incursões nos lugares mais vulneráveis, e principalmente na periferia da cidade, onde se aglomera grande número de habitantes, com abrangência nos distritos de Tejucupapo e Pontas de Pedras.
Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005.
Guilherme Uchôa Deputado

Indicação Nº 4490/2005

Indico à Mesa, ouvido o Plenário e cumprido as formalidades regimentais, seja formulado um veemente apelo ao secretário de Defesa Social, engenheiro João Braga, no sentido de intensificar as rondas noite e dia em Catuama, posto que os moradores de Porto do Sol, já não suporta mais a presença dos marginais que atuam naquela localidade.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor da presente proposição dela dê-se conhecimento ao presidente da Associação Porto do Sol, Catuama, Goiana, com endereço para correspondência à rua Buretama, 105, Afogados, Recife, CEP 50770-580.

Justificativa
A presente proposição se justifica pelo fato dos moradores de Porto do Sol, Catuama, dista 3 km de Pontas de Pedra, distrito de Goiana, não mais suportarem os constantes assaltos, em razão da falta de policiamento ostensivo e permanente naquela localidade.
Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005.
Guilherme Uchôa Deputado

Indicação Nº 4491/2005

Indico à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Delio Zobarn, Gerente de Relações Institucionais da Telemar, no sentido de determinar providências administrativas e técnicas para viabilizar a instalação de telefones públicos nas comunidades de Serrinha, Agrovila e Águas Claras situadas no município de Ribeirão.

Da decisão do Plenário, de-sê conhecimento ao Sr. Delio Zobarn, Gerente de Relações Institucionais da Telemar, Avenida Afonso Oidense, nº 1513, Várzea, Recife - PE.

Justificativa
É muito importante, o atendimento desta solicitação, pois às comunidades especificadas nesta, não possuem nenhuma comunicação, através de telefone público, onde já podemos constatar nos locais apresentados aproximadamente 600 seiscentas residências. É enorme a quantidade de reivindicações que tem chegado ao nosso gabinete devido ao crescimento dessas comunidades e a grande necessidade de comunicação que todos precisam ter no dia a dia.
Sala das Reuniões, em 22 de agosto de 2005.
Malba Lucena Deputada

Requerimentos

Requerimento Nº 3136/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso ao Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP), pela eleição dos novos conselheiros da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Ilmo. Sr. presidente do Conselho Administrativo, Dr. **Lauro José Pessoa Lins**; ao Ilmo. Sr. secretário geral do Conselho Administrativo, Dr. **Luiz Maurício da Silveira Pires** e ao Ilmo. Sr. tesoureiro, Dr. **Raimundo de Lucena Batista**, ao Ilmo Sr. conselheiro, Dr. **Alexandre Júlio de Albuquerque**, ao Ilmo Sr. conselheiro, Dr. **Luiz da Costa Carvalho**; ao Ilmo Sr. conselheiro, Dr. **Orlando de Araújo Mota**; ao Ilmo Sr. conselheiro, Dr. **Roberto Selva Sampaio**; à Ilma Sra conselheira **Antonia Aurora da Silva**; à Ilma Sra. conselheira **Cleide Cunha Miranda**; à Ilma Sra. **Maria Esther Souto**; à Ilma Sra. conselheira **Maria José Inojosa**; à Ilma Sra. conselheira, Dra. **Sydia Maria Queiroz de Albuquerque**, todos com endereço na Av. Cruz Cabugá, 1397 - Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.040-000.

Justificativa
O Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP) é uma unidade estratégica, sendo a única do Estado voltada exclusivamente ao atendimento de pacientes com a doença. É a realização de um sonho de muitos pernambucanos. É uma das entidades dedicadas ao tratamento do Câncer com uma grande respeitabilidade nacional e internacional.
A instituição nasceu para atender à comunidade, sobretudo às pessoas de menor poder aquisitivo, em busca de um diagnóstico, de tratamentos corretos, que permitem um grande aumento da sobrevida daqueles pacientes que são atendidos no hospital.
No início do mês de agosto corrente, foram eleitos e empossados os novos conselheiros da Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC), além de seus representantes legais, para a gestão 2005-2007, tendo como presidente o experiente Dr. Lauro José Pessoa Lins.
A equipe escolhida certamente prestará um valoroso trabalho no atendimento aos pacientes, no treinamento dos residentes e no desenvolvimento de trabalhos voluntários, científicos e de publicações médicas, mantendo a referência da instituição no diagnóstico e nas formas de tratamento da doença.
Portanto, revela-se oportuno que esta Casa Legislativa apresente Voto de Aplauso ao HCP, pela posse dos novos conselheiros da SPCC, que em muito contribuirão para o desenvolvimento de um profícuo trabalho preventivo e curativo na área de saúde, que certamente trará bons resultados para o Estado de Pernambuco.

Ante o exposto, solicito aos meus ilustres Pares aprovação a este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005

Augusto Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3137/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as normas regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso à Amanco Brasil, pela iniciativa de implantar sua fábrica no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao ao Exmo. Sr. governador do Estado, **Jarbas Vasconcelos**, com endereço na Praça da República, s/nº - Santo Antônio - Recife - PE - CEP: 50010-050; ao Exmo. Sr. vice-governador do Estado, **José Mendonça Bezerra Filho**, com endereço na Av. Cruz Cabugá, 1211 - Santo Amaro - Recife - PE - CEP: 50040-000; ao Exmo. Sr. secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, **Alexandre Valença**, com endereço Praça Artur Oscar, s/nº, Recife Antigo, Recife - PE, CEP: 50030-460; ao Ilmo Sr. presidente da Amanco, **Paulo Schmalz** e ao Ilmo. Sr. diretor comercial da Amanco, **Andreas Eggenberg** ambos com endereço na Rua Barra Velha, 100 - Floresta, Joinville/SC - CEP: 89.210-600.

Justificativa

A Amanco Brasil inaugurou em 14 de julho corrente, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, sua indústria especializada na fabricação de tubos para sistemas hidráulicos. A iniciativa consumiu R\$ 22 milhões em investimentos.

A fábrica possui 8 mil metros quadrados de área construída e vai produzir tubos para construção civil, obras de infra-estrutura e projetos de irrigação, atendendo aos mercados do Norte e Nordeste. A unidade gera 130 empregos diretos. A estimativa de faturamento é de R\$ 55 milhões no primeiro ano de funcionamento.

A filial deve ser responsável pela distribuição dos produtos das marcas Fortilit e Akros. O projeto também pretende subsidiar materiais para os negócios gerados com transposição do rio São Francisco atendendo às demandas ocasionadas pelo mega projeto.

Ressalte-se ainda, que um dos projetos que se encontra em andamento na Amanco é a elaboração de um cartão de crédito para a compra de material de construção que facilitará a comercialização de seus produtos no mercado nacional.

Portanto, revela-se oportuno que esta Casa Legislativa apresente Voto de Aplauso à Amanco Brasil, pela importante iniciativa de agregar novos investimentos no Estado, contribuindo na geração de emprego e renda. Ante o exposto, solicito dos ilustres Pares aprovação a este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005

Augusto Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3138/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo “*O estranho modo petista de governar*”, de autoria do sociólogo José Arlindo Soares, publicado no Jornal do Commercio, seção Opinião, em 12 de julho de 2005.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao sociólogo, **José Arlindo Soares**, com endereço na Rua Fidelis Moliterno, 337 - Zumbi - Recife/PE, CEP: 50.720-590.

Justificativa

O artigo supramencionado refere-se à expectativa, não atendida, de gestores públicos quanto ao Governo Federal frente às discussões sobre as estratégias técnicas e estruturadoras de um sistema político diversificado e socialmente justo.

O ilustre autor defende que o caminho certo para a consolidação da política brasileira está na formação de uma administração pública de identidade nacional, com lideranças suprapartidárias com formação ética e moral, que adotem uma agenda que privilegie os interesses coletivos sociais.

Portanto, segue na íntegra o artigo ora referenciado:

“O estranho modo petista de governar

A expectativa entre gestores públicos mais comprometidos com políticas estruturadoras era de que o governo Lula iria consolidar um modelo de negociações e definição de prioridades estratégicas de governo, em um patamar superior aos modelos fisiológicos e patronialistas tão comuns no Brasil. No governo passado havia uma permanente tensão entre grupos de visões diferentes sobre o “modus” de aplicação e gestão dos recursos públicos. Para surpresa de muitos, logo no início do governo Lula, o ministro José Dirceu resolveu essa tensão. Simplesmente, ele excluiu a discussão sobre as opções técnicas e estruturantes e decretou prioridade absoluta para as negociações individuais e a promessa de primazia para as liberações do orçamento, sob a ótica do adesismo partidário. Em princípio, a prática de emendas orçamentárias individuais não é ilegal nem é, obrigatoriamente, fonte de corrupção. O problema é que, para uma “boa governança”, ela deve ser suplementar, servindo apenas para corrigir

distorções na concentração de recursos nas mãos da União, e nunca uma estratégia de governo ou, muito pior, um instrumento de cooptação de parlamentares para a base de apoio do governo. Como consequência imediata dessa prática, o Ministério do Planejamento e os ministérios setoriais perderam suas prerrogativas de definir estratégias e prioridades para suas pastas e para o País. Nessa área não tem segredo: em qualquer governo, onde a Casa Civil é quem comanda toda a agenda de prioridades o plano de governo deixa de existir e abre-se caminho para a paralisia da máquina e para a anomia administrativa.

O desprezo pelas regras federativas sempre estiveram presentes em vários escalões do atual governo. Logo no primeiro semestre do governo Lula, uma comissão, formada por oito prefeitos da Região Metropolitana do Recife, um deputado federal pelo PT, e eu, como Secretário de Planejamento do Estado, foi recebida, em uma audiência na Casa Civil da Presidência da República, para tratar da liberação dos recursos de uma emenda de bancada referente a um projeto de combate a erosão de morros em 11 cidades da RMR. Ao iniciar a audiência, um graduado assessor do ministro José Dirceu saiu-se com essa pérola: *Todo mundo aqui é do PT, não é?* O vice-comissário petista fazia tal pergunta diante de um Conselho de Prefeitos Metropolitanos, órgão que vinha se fortalecendo pelo rigor nas regras do pluralismo, pautando seus projetos pela absoluta prioridade técnica. Não deu para convencer ao subsecretário da Casa Civil que o projeto era uma referência em dois ministérios e tinha sido assinado por toda a bancada de Pernambuco. Uma emenda coletiva não era levada em conta, porque não tinha um padrinho específico com nome, endereço e código de votação, contabilizada como carreadora de votos no Congresso. Portanto, teria que haver a chancela de um ou de poucos deputados aliados, que, naturalmente, iriam constar como devedor(es) no computador do governo.

Nesse episódio - simples, se considerados os graves fatos atuais - já estavam presentes quase todos os ingredientes do confuso modo petista de governar: *falta de qualquer crivo técnico na agenda administrativa do governo, aparelhamento na distribuição de cargos e liberação orçamentária, e super-centralização das decisões na instância política*. Enfim, um estilo que se desdobrou de um “modelo fisiológico e clientelista para a institucionalização da corrupção em escala, nas relações interpartidárias”, conforme menciona em artigo recente o professor Jairo Nicolau do IUPERJ. Uma outra dimensão subjacente às atitudes do PT no governo federal é o DNA de partido único, ou seja, a não separação, ou a relação promíscua, entre partido e governo, daí o desmantelamento de mecanismos público e federativo em benefício da criação processos de cooptação, dominado por organizações amigas. Para muito além do que podia se esperar, o PT pouco absorveu dos conceitos modernos de democracia ou mesmo do socialismo democrático. O ato falho de José Genoino ao mencionar (Roda Viva) a China e o Vietnã como exemplos da esquerda que faz alianças e acordos políticos, revela o apego a velhos e superados dogmas autoritários. O maior temor é de que a crise não seja apenas fruto de deslizes éticos somados ao deslrambramento de alguns dirigentes, mas represente a preservação de paradigmas incompatíveis com a construção de um sistema político plural e socialmente justo. Não se sabe se o presidente Lula tem a compreensão de aproveitar a própria crise para evitar a desconstrução de sua imagem. Para isso, um caminho seria a formação um governo de identidade nacional, com personalidades suprapartidárias, com força moral e uma agenda capaz de recuperar a confiança da nação”.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares aprovação para este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005

Augusto Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3139/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa o artigo “*Turismo Tropical*”, de autoria do escritor Francisco Bandeira de Mello, publicado no Jornal do Commercio, seção Opinião, em 10 de julho de 2005.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. senador de Pernambuco, **Marco Antônio de Oliveira Maciel**, com endereço no Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - Térreo - Brasília - DF - CEP: 70165-900 e ao e ao Ilmo. Sr. **Francisco Bandeira de Mello**, com endereço na Av. Boa Viagem, 6688, apto. 701 - Edf. Equinócio - Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.130-000.

Justificativa

O experiente autor ressalta a tropicalidade de nossa região, expressada pelas pecualidades que marcam o turismo no nosso litoral e interior do Estado, registrado pelas grandiosas belezas naturais.

Portanto, segue na íntegra o artigo ora referenciado:

“Turismo tropical

Ao esboçar algumas hipóteses sobre as forças consistentes/conscientes do turismo, queremos deixá-las (de forma radical) ligadas ao fenômeno do sol, seja num horizonte metafísico, seja nos limites do mundo físico, obviando assim a importância turística do mundo tropical. Um fato consabido que muito se tornou um mito nas suas faces negativa e positiva. De um lado, mundo de calor, desconforto, anti-higiene, miasmas - mundo das chamadas doenças tropicais. Mito, este, felizmente o seu tanto em decadência, a favor de aspectos positivos da tropicalidade. (Em Genebra, quando eu disse a um grupo de pessoas que na minha terra, Pernambuco, fazia algum

calor, todos exclamaram automaticamente: - que maravilha!) De uma tropicalidade que se afirma num belo mundo de sol, sabores, amores, pureza, fertilidade, abundância, brisa, verde, claridade, som, alegria, num mundo chamado de cores tropicais, florestas tropicais, jardins tropicais, flores tropicais, frutas tropicais. Tanto que passaram a viver em comum, em bom lugar comum, as palavras paraíso tropical. E é esse tropismo dos trópicos que devemos defender. Cedo a palavra a Gilberto Freyre: “Não deseja o Brasil ser subeuropeu nas suas aparências, nem antieuropeu nas suas atitudes, porém juntar sua herança européia aos valores tropicais para assim formar um novo estilo de civilização”. Atitudes que “para serem autênticas e vivas, precisam de exprimir desejos e corresponder a situações de um homem e de uma civilização: no caso, tropicais”. Para isso, explicitamos, é necessário uma atitude dialética, lúcida, de reconhecimento de valores, sejam locais ou universais, sem quaisquer complexos de inferioridade ou ufanismo. “O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,/ mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia/ porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia” - equaciona Alberto Caeiro. Logo, Alberto Caeiro não tem vocação de turista, que então cantaria ao contrário: O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia. E pronto. Dessa forma, estaria repetindo uma verdade para essas pessoas, talvez maiores, que dão mais valor a um tipo especial de frutos: aqueles que florescem nos quintais dos outros. Mas há uma verdade primeira, a ser captada nesses versos de Alberto Caeiro e os de Fernando Pessoa e que é capital à conscientização de um turismo receptivo: o rio que corre na nossa aldeia, por ser o rio que corre na nossa aldeia, é mais bonito de que todos os tejos e tâmisas do mundo. Esse rio será, de qualquer modo, diferente. Assim como as pessoas, todos os lugares do mundo têm a sua individualidade identificadora. Todos os lugares têm um ângulo de interesse. Ou ainda com Fernando Pessoa: “Nos jardins municipais as flores também são flores” e “há também universo na rua dos Douradores”. Assim, os sítios aromáticos dos subúrbios distantes, bem como as flores de cajueiro, a água de coco verde, as flores humildes das cercas suburbanas - que fazem o verso/universo de Joaquim Cardoso - não são os jardins de Versailles ou La Granja e não devem se macaquear para sé-los. Têm também a sua beleza. E só na sua humilde e sincera, modesta individualidade, podem despertar interesse, num mundo que se debate ante os últimos vestígios de uma pureza perdida ou que se descaracteriza nos informes cinzentos de uma “aldeia global”. Bom Jardim não é mais importante do que Roma ou Paris, mas é diferente. Todas as cidades são diferentes de outras e é isso que o turista viajar. O parisiense viaja para conhecer outras cidades. Idem o carioca e o romano. As analogias são realmente interessantes mas as diferenças são muito mais - observou um dos maiores poetas da atualidade, Francis Ponge, preocupado em descobrir de cada coisa o seu universo específico. No turismo isso é tudo. Viajar é procurar diferenças. É buscar outra coisa, essa outra coisa que é a individualidade de cada um: pessoa, cidade, paisagem, país. É mesmo um truismo no turismo: ninguém procura, viajando, ver e conhecer aquilo que pode conhecer e ver no seu terraço, bairro ou região. Ninguém viaja para repetir aquilo que faz costumeiramente, todos os dias, seja na loja, na fábrica, na fazenda, no escritório, no consultório, na repartição pública, na sua casa, no seu clube. E assim se pode fazer turismo no litoral e no interior de Pernambuco, também pelo seu bom acervo de turismo tropical”.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares aprovação para este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de agosto de 2005

Augusto Coutinho
Deputado

Requerimento N° 3140/2005

Requeremos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos do dia, um voto de aplauso para o Sr. Paulo Ricardo Andrade de Godoy Brito, Policial Civil Matrícula 208.471-6, QAPC_I, por sua atuação junto a Secretaria de Defesa Social.

Da decisão da casa e do inteiro teor desta proposição, dê - se conhecimento ao Exmo. Sr. João Braga, Secretário de Defesa Socia do Estado de Pernambuco

Justificativa

O ótimo desempenho dos serviços prerstados ao Estado de Pernambuco, reflete a abnegação, senso de responsabilidade, capacidade e determinação no cumprimento do dever, demonstrando a coragem, entre tantas outras qualidades, fazem deste pernambucano, um exemplo do que é ser um Cidadão cumpridor do seu dever. Desta forma, se faz justo e merecido reconhecermos o valor deste Agente Público, requerendo portanto, um Voto de Aplauso ao Sr. Paulo Ricardo Andrade de Godoy Brito, pelo relevantetrabalho desenvolvido junto em sua função.

Sala das Reuniões, em 24 de agosto de 2005

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Requerimento N° 3141/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado VOTOS DE APLAUSOS a todos que fazem parte do Centro Espírita Amor e Caridade, na pessoa da Sra. Maria das Mérces Almeida Teles, Diretora Doutrinária, pela realização

da 2ª SEMANA ESPÍRITA DE CARPINA, realizada no município de Carpina, durante os dias 20 e 25 de agosto do corrente ano.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento as Sras. Maria das Mérces de Almeida e Iracilda Almeida Costa, na Av. Conselheiro João Alfredo, 757, Santa Cruz, Carpina, CEP 55819-230.

Justificativa

Oral.

Sala das Reuniões, em 24 de agosto de 2005

Carla Lapa
Deputada

Requerimento N° 3142/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumprido as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um Voto de Aplauso para Ilmo. Sr. **José Adilson da Silva** gerente e demais funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, em Surubim, pela implantação do **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF** no município de Passira.

Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, seja dado conhecimento ao Gerente do Banco do Nordeste do Brasil, Ilmo. Sr. José Adilson da Silva na Av. Paulo Afonso, nº 97 – Centro – Surubim-PE., e ao Superintendente do Banco do Nordeste do Brasil, Ilmo. Sr. Sergio Maia Farias Filho, na Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – Recife-PE, e ao Exmo. Sr. Prefeito Miguel Gomes de Freitas, e aos vereadores, Antônio José da Silva, Jamilson Pereira de Albuquerque, José Vicente de Moura, João Marcelo Bezerra da Silva, Marcus José Rodrigo de Melo Silva, Maria de Fátima Heraciolo da Costa, Mauricio Firmino da Silva, Sebastião José da Silva, Severino Silvestre de Albuquerque, na Câmara de Vereadores do Município de Passira-PE.

Justificativa

O Referido Programa no município de Passira, tem por objetivo financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e sua família, o qual contou com o apoio da Prefeitura, Câmara Municipal e Sindicato Rural. E em feira realizada, agilizou a aquisição de 300 animais (Vacas e Bezerros), até o valor de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), sendo esta compra o limite para cada agricultor. Ao municipalizar a sua atuação, os agricultores e suas famílias tornam-se os verdadeiros autores do programa, gerando as demandas e as soluções necessárias à realização de seus objetivos.

Em se tratando de município com economia voltada à agropecuária, a implementação desse programa se torna imprescindível, representado relevante marco no seu desenvolvimento.

Diante do exposto, solicito aos meus ilustres Pares aprovação para este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 24 de agosto de 2005

Henrique Queiroz
Deputado

Errata

ERRATA

Nas emendas nº 10 a 19 ao Projeto de Lei nº 1014 LDO - 2006

Tem o apoinamento dos senhores deputados: Aglailson Junior, Alf, Ettore Labanca, Isaltino Nascimento, João Fernando Coutinho, José Queiroz, Nelson Pereira, Roberto Leandro, Sérgio Leite, Silvio Costa, Soldado Moises e Teresa Leitão.

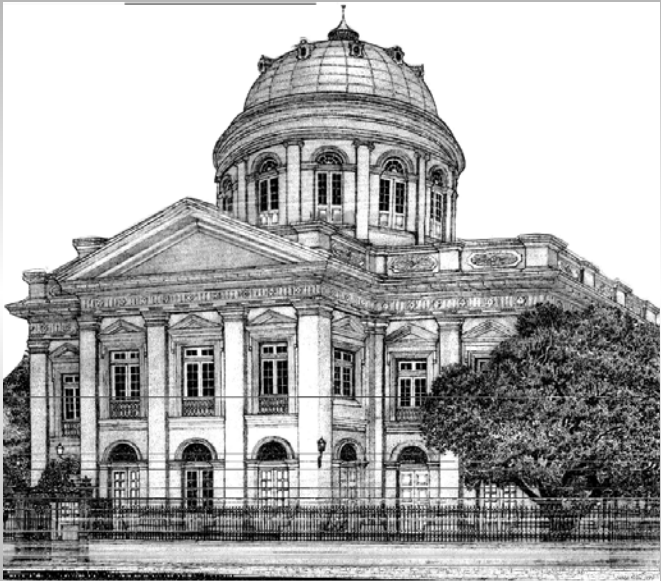
Portaria

PORTARIA N° 70

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 518759/2005 e Parecer da Procuradoria Geral, **RESOLVE:** Conceder a **FÉLIX CÉSAR DE QUEIROZ COUTINHO**, Assistente Administrativo, Nível II, Classe 6, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença prêmio para gozo oportuno, correspondente ao 2º (segundo) decênio, completados em 17 de maio de 1999, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 23 de agosto de 2005

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA
Superintendente Geral



DEPUTADO ROMÁRIO DIAS -
DEPUTADO ETTORE LABANCA -
DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL -
DEPUTADO JOÃO NEGROMONTE -
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA -
DEPUTADO SÉRGIO LEITE -
DEPUTADA CARLA LAPA -

PRESIDENTE
1º VICE - PRESIDENTE
2º VICE - PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO
2º SECRETÁRIO
3º SECRETÁRIO
4º SECRETÁRIO

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS